

ANA CRISTINA SANTOS PEIXOTO

**DISCURSO POLÍTICO: A CONSTITUIÇÃO DO PRESIDENCIÁVEL  
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA COMO SUJEITO DISCURSIVO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA – MG

2006

ANA CRISTINA SANTOS PEIXOTO

**DISCURSO POLÍTICO: A CONSTITUIÇÃO DO PRESIDENCIÁVEL  
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA COMO SUJEITO DISCURSIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Curso de Mestrado da Universidade Federal de Uberlândia – UFU – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada

Linha de Pesquisa: Estudos sobre Texto e Discurso

Orientador: Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA – MG

2006

## BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes (UFU - Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanice Sargentini (UFSCAR)

---

Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos (UFU)

Uberlândia, 27 de março de 2006.

A Gabriel pela sua grande importância na minha vida e por me fazer sorrir, quando eu só pensava em chorar.

Ao Lula por ter me propiciado o encantamento do seu discurso.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me fortalecido diante de tantos obstáculos enfrentados por mim nesta caminhada.

A UFU por ter me acolhido e proporcionado um conhecimento singular através do seu corpo docente.

Ao Professor Doutor Marco Antônio Vieira por me apresentar os estudos científicos sobre linguagem.

Ao Professor amigo e orientador Doutor Cleudemar Fernandes, pela sabedoria, paciência, dedicação, pelas horas de interlocução, pela afinidade de idéias, e pela palavra amiga dita sempre nos momentos de dificuldade e amadurecimento pessoal e teórico. A você, toda minha gratidão.

Ao professor Doutor João Bosco, pelo incentivo, amizade e dedicação nos momentos em que pensei em desistir.

Ao professor Ernesto Bertoldo pelos apontamentos em minha qualificação que me colocaram no “eixo”.

A Solene, Adélia e Eneida, pelo sorriso amigo e disponibilidade em ajudar. Obrigada!

Aos meus pais, pelo incentivo e por entenderem minha ausência nos momentos importantes de nossas vidas. Os méritos são seus, que me ensinaram a respeitar, amar, aprender e nunca desistir.

Aos meus irmãos Cris, Tati, Mari e Léo, obrigada, por me aceitarem e me respeitarem como sou. Em especial a Tati e Mari pelas orações, conselhos e incentivo.

Aos amigos do pensionato da Bernadete (*in memoriam*) pela alegria e apoio, e por ter tornado meus dias longe de minha família menos tristes.

A Funorte pelo apoio financeiro que foi essencial para conclusão deste projeto.

A Nilson paraibano pelos momentos filosóficos de interlocução.

Aos meus queridos amigos do mestrado: Núbia, Ana Silvéria, Hermes, Fernanda, Isabel, Carol, Gilda, Marli, Hejaine, obrigada pela presença e conforto nessa caminhada.

Aos amigos João Bôsko e Kelly Fróes pelo incentivo e presença.

A minha amiga Ros'elles Felício, pelo incentivo, amizade, palpite e pela disposição em ajudar. Obrigada!

Ao Professor Doutor William Menezes (UFMG) pelo incentivo e apoio nesta caminhada.

A minha amada amiga Luciana, você é uma bênção de Deus em minha vida, obrigada pela presença, respeito, consolo, atitude e por ser você mesma sempre.

Aos meus alunos da Unimontes pelo incentivo. Em especial aos alunos do meu grupo de estudos em AD.

A você “meu amor” que entrou na minha vida tão de repente e com suas leituras críticas sobre meu texto contribuiu para meu amadurecimento intelectual; aprendi com você a sabedoria de ser paciente, a virtude de ouvir mais e falar menos, a tolerância de esperar que cada dia seja melhor que o outro, a certeza de que estamos neste mundo para sermos felizes se formos verdadeiros. Com você aprendi a me respeitar, a não ser tão exigente comigo mesma, a enxergar os meus limites, e a ver todo o processo como uma etapa a ser cumprida. Obrigada pela presença, paciência, pelo sorriso, conselhos e pela vontade em acertar. Obrigada! Amo Você!

A Lula por ter me presenteado com seus encantos discursivos...

“A política é a ciência da felicidade humana”

Aristóteles

## RESUMO

Este trabalho visa explicitar a constituição de Luiz Inácio Lula da Silva como sujeito discursivo no decorrer de sua trajetória política, dando enfoque às campanhas presidencialistas de 1989 e 2002. Partiremos do conceito de discurso e focalizaremos as relações inter e intradiscursivas em que o sujeito discursivo se encontra para desvendarmos sua constituição. Observamos que a luta de classes é constante no discurso político do presidenciável Lula e o sujeito discursivo constitui-se a partir das práticas discursivas e das condições de exercício dessas práticas que trazem a representação política que parte do extremo radical socialista a um “renovado” discurso considerado de “direita”. Para a Análise do Discurso, o “sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente interpelado pela ideologia” e essa concepção nos conduz a observar que na fala desse sujeito outras falas se constituem. Buscamos suporte, também, na Psicanálise Lacaniana que concebe o sujeito estruturado pela linguagem e o define como efeito, eliminando-lhe a possibilidade de ser a fonte – origem de seu dizer. Pautados nessas considerações, verificamos que o contexto político-sócio-econômico e histórico ocasionou o deslocamento e a transformação do sujeito discursivo. O *corpus* para análise constitui-se de entrevistas conferidas à Revista Veja pelo presidencialista Lula nas campanhas de 1989 e 2002. Escolhido o *corpus*, faremos os “recortes” desse material tendo em vista as unidades temáticas referentes a alianças políticas e dívida externa, caracterizadas pelas regularidades **históricas** e **ideológicas** que apresentam, no discurso, os apagamentos, (esquecimentos e os silenciamentos do sujeito discursivo) próprios à constituição desse sujeito.

Observamos o trabalho da memória discursiva, re-significação de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente que reaviva os implícitos (Pêcheux 1983), que apresenta também um papel de suma importância, pois entendemos que para o discurso “fazer sentido” é necessário a ocorrência anterior de outros sentidos já fixados pela memória, não-lineares, e lacunares, mas seu efeito é apresentar sentidos que aparecem no fio discursivo e que serão re-significados a partir de um acontecimento presente.

**PALAVRAS CHAVE: DISCURSO POLITICO, LULA, SUJEITO.**

## RÉSUMÉ

Ce travail a pour but d'expliquer la constitution de Luiz Inácio Lula da Silva, comme sujet discursif au cours de sa trajectoire politique, focalisant les campagnes présidentielles de 1989 et 2002. D'abord, nous commencerons du concept de discours, et des rapports inter et intra-discursifs où le sujet discursif se trouve, pour qui nous puissions dévoiler sa constitution. Remarquons, que la lutte de classes est une constante dans le discours politique du candidat Lula et le sujet discursif est établi à partir des pratiques discursives et des conditions de l'exercice de ces pratiques qu'apportent la représentation politique qui vient de l'extrême radical socialiste à un «renouveau» discours considéré de «droite». Pour l'Analyse du Discours, le «sujet de langage n'est pas le sujet en soi-même, mais tel comme il existe socialement interpellé par l'idéologie», et cette conception nous conduit à observer que dans la parole de ce sujet d'autres paroles se sont constituées. Nous chercherons de support, aussi, dans la Psychanalyse Lacanienne qui conçoit le sujet structuré par le langage et le définit comme effet, en écartant en lui, la possibilité d'être la source – origine de son parler. Établis dans ces considérations, nous vérifions que le contexte politique-socio-économique et historique a produit le déplacement et la transformation du sujet du discours politique de Lula. Le corpus pour analyse, est constitué d'interviews données au magazine Veja par le candidat à président Lula dans les campagnes de 1989 et 2002. Choisi le corpus, nous avons fait les «découpages» de ce matériel ayant comme objectif les unités thématiques rapportant les alliances politiques et de la dette externe caractérisées par les régularités **historiques** et **idéologiques** que présentent, dans le discours, les effacements, ( oublis et silences du sujet discursif ) propres à la constitution de ce

sujet. Nous avons observé aussi le travail de la mémoire discursive, la re-signification des événements et pratiques arrivées dans un moment présent, qui fait revivre les implicites ( Pêcheux 1983 ), qui présente aussi un rôle très important, puisque nous comprenons que le discours pour «faire sens » il faut l' occurrence antérieure des autres sens déjà fixés par la mémoire, pas-linéaires, et lacunaires, mais son effet est présenter des sens qui apparaissent dans le fil discursif et qui seront re-signifiés à partir d'un événement présent.

MOTS CLÉS : Discours Politique, Lula, Sujet.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 – Discurso, Sujeito, Memória e História: constituição do sujeito discursivo	
Lula .....	17
1.1 – O discurso – Objeto de uma luta política .....	18
1.2 – As posições-sujeito e as relações de poder .....	25
1.3 – O discurso – Interdiscurso e suas formações .....	35
1.4 – O sujeito – Deslizamento da política para o espetáculo .....	39
1.5 – A memória e a História – O papel da memória e da história na constituição do sujeito de Lula .....	46
2 – Alianças políticas e a dívida externa no discurso presidencial de Lula: constituição e deslocamentos do sujeito discursivo .....	53
2.1 – Dívida externa .....	57
2.2 – Alianças políticas .....	68
Como se fosse possível concluir .....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	78
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	82
ANEXOS	

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa a explicitar a constituição do sujeito no discurso político de Luiz Inácio Lula da Silva no decorrer de sua trajetória política, com ênfase para as campanhas presidenciais de 1989 e 2002. Partiremos do conceito de discurso e focalizaremos as relações inter e intradiscursivas em que o sujeito discursivo se encontra para expormos o olhar-leitor à opacidade de sua constituição, a partir de uma leitura possível instrumentalizada e não-neutra do material de análise.

Observamos que a luta de classes é constante no discurso político do presidenciável Lula e o sujeito discursivo constitui-se a partir das práticas discursivas e das condições de exercícios dessas práticas que trazem a representação política das diferentes posições sujeito que parte do extremo radical socialista a uma aproximação com discursos de uma política considerada centro ou de “direita”.

A Análise do Discurso, entende que o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente interpelado pela ideologia e essa concepção nos conduz a observar que a voz desse sujeito é constituída por outras vozes.

Buscamos suporte, também, na Psicanálise Lacaniana que concebe o sujeito estruturado pela linguagem e o define como efeito, eliminando-lhe a possibilidade de ser a fonte – origem de seu dizer.

A articulação existente entre a Lingüística e a Psicanálise, no que interessa a esta pesquisa, parte do princípio que a AD em sua concepção inicial, alinha-se na interface e fronteira entre o sentido e o sujeito em forma de linguagem. A Psicanálise, por sua vez, situa-se:

na fronteira do consciente e inconsciente, entre a lembrança e o esquecimento, entre o dito e o não-dito. As linhas demarcatórias entre as duas áreas assinalam o lugar do fim, mas também do início; ao mesmo tempo que se fechou a fronteira dos respectivos territórios, apontam para um começo, para uma continuidade. (RIBEIRO, 2004: 01)

Desse modo, o início e o fim de cada lado se confundem, se imbricam, se enlaçam. Nos Escritos lacanianos, encontramos:

a linguagem preexiste à entrada de cada sujeito no momento de seu desenvolvimento mental. (...) o sujeito pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob forma de seu próprio nome. (LACAN, 1957: 495)

Dessa forma, Lacan descreve o percurso teórico percorrido e define discurso como “laço social do sujeito” que fala e se engaja nessa fala como efeito dela.

Reportemo-nos ainda às considerações de Lacan nos Escritos ( releitura feita dos textos Freudianos) que confere a importância da linguagem e definição do termo discurso para evidenciá-la na constituição do sujeito:

o discurso é fundado a partir do simbólico que existe no Outro(...) e esse “Outro” com maiúscula, foi para apontar o para –além em que se ata o reconhecimento do desejo ao desejo de reconhecimento. Em outras palavras, esse outro é o Outro invocado, ate mesmo por minha mentira como garantia da verdade em que ela subsiste. Nisso se observa que é com o aparecimento da linguagem que emerge a dimensão da verdade.(...) para que essa verdade venha à luz é preciso que haja linguagem. ( LACAN, 1975: 525-529)

O recorte do *corpus* para análise consiste das referências, nas entrevistas e declarações, à dívida externa e alianças políticas. Acreditamos que esses temas, ao serem apresentados nos diferentes momentos políticos, atestam deslocamentos do sujeito e mostra sua constituição. As reportagens escolhidas para compor o *corpus* foram recortadas de exemplares da Revista Veja publicadas em: 21 de junho; 06 de setembro; 11 e 18 de outubro; 22 e 29 de novembro e 13 de

dezembro do ano de 1989. Por trazer grandes informações sobre as conjecturas traçadas pelo PT escolhemos também a revista Veja do mês de julho de 2001. Para o ano de 2002 foram escolhidas as publicações datadas de: 22 de maio; 25 de setembro; 30 de outubro; o documento intitulado “Carta ao Povo Brasileiro” escrita por Lula em junho de 2002.

A partir do papel estabelecido pela mídia, observaremos o trabalho da memória discursiva, como re-significação de acontecimentos discursivos e práticas passadas em um momento presente que reaviva os implícitos (PÊCHEUX: 1983). Isto, porque entendemos que para o discurso “fazer sentido” é necessário a ocorrência anterior de outros sentidos já fixados pela memória, não-lineares e lacunares, mas seu efeito é apresentar sentidos que aparecem no fio discursivo e que serão re-significados a partir de um acontecimento presente.

Teremos, então, na parte inicial da pesquisa, a apresentação dos conceitos de discurso, bem como alguns dos conceitos fundamentais para abordarmos à interdiscursividade que permeia o discurso de Lula, e suas formações (discursivas, sociais e ideológicas).

Em seguida, nos deteremos na noção de sujeito, sua constituição e a noção de heterogeneidade discursiva. E finalizando, procederemos à discussão dos conceitos de memória discursiva, história e o papel da mídia na constituição do presidenciável Lula como sujeito discursivo.

A segunda parte será composta de uma amostragem de análise do *corpus*, intitulada: *Alianças políticas e dívida externa no discurso do presidenciável Lula: constituição e deslocamentos da posição sujeito*, na qual explicitaremos os deslocamentos próprios à constituição do sujeito.

Finalmente, na conclusão do trabalho, sintetizaremos os resultados da análise do *corpus* da pesquisa. Encerrando o trabalho científico apresentaremos as referências bibliográficas, a bibliografia básica e os anexos.

## **1 – Discurso, Sujeito, Memória e História: constituição do sujeito discursivo**

Este capítulo tem como objetivo apresentar os pressupostos teóricos constitutivos desta pesquisa que se realiza à luz da Análise do Discurso de Linha Francesa. Para tal, serão evidenciados os conceitos de discurso, formação discursiva, formação ideológica, formação social, as relações interdiscursivas, a noção de sujeito e de condições de produção, bem como o conceito de memória discursiva e o papel da mídia para tentarmos verificar a constituição do sujeito que é o objetivo maior deste estudo.

O arcabouço teórico será baseado em Pêcheux (1982; 1983; 1990; 1995; 1997; 1999), Foucault (1969; 1996; 1997; 2000), Bakhtin (1992), Authier-Revuz (1990), Courtine (Langage 62), Gregolin (1997; 2000; 2001; 2003; 2004), Ribeiro (2004), Indursky (1997), Cazarin (2005), Menezes (2004), entre outros.

O recorte do *corpus* para análise consiste das referências, nas entrevistas e declarações, à dívida externa e alianças políticas. Acreditamos que esses temas, ao serem apresentados nos diferentes momentos políticos, atestam deslocamentos do sujeito e mostram sua constituição. As reportagens escolhidas para compor o *corpus* fazem parte da Revista Veja com as respectivas datas: 21 de junho; 06 de setembro; 11 e 18 de outubro; 22 e 29 de novembro e 13 de dezembro do ano de 1989. Por trazer grandes informações sobre as conjecturas traçadas pelo PT, escolhemos também a revista Veja do mês de julho de 2001. Para o ano de 2002 foram escolhidas as seguintes publicações: 22 de maio; 25 de setembro; 30 de outubro; o documento intitulado “Carta ao Povo Brasileiro” escrito por Lula em junho de 2002.

## 1.1 – O discurso – Objeto de uma luta política

Iniciada em meados dos anos 60 com os trabalhos de M. Pêcheux, A Análise do Discurso tem como base a articulação da Lingüística (como teoria dos mecanismos sintáticos e da enunciação), o Materialismo Histórico (como teoria das formações e transformações sociais e ideológicas) e a Teoria do Discurso (como teoria da determinação histórica dos processos semânticos) e estas três regiões serão marcadas e atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Segundo Pêcheux (1983-1997), há três espaços distintos na AD: O primeiro – fechado-restrito – de natureza estruturalista, concebido como uma máquina autodeterminada e fechada, e o sujeito é completamente assujeitado. Também chamado de 1ª época para Pêcheux, este espaço trata-se de uma proposta teórica metodológica impregnada por uma releitura de Saussure, em que Pêcheux desloca o objeto, pensando a “langue” – sistema de signos lingüísticos- (sua sistematicidade; seu caráter social) como base dos processos discursivos nos quais estão envolvidos sujeitos e História, criando, assim, uma polêmica no tocante ao corte saussureano entre língua / fala.

Pêcheux propõe uma mudança de terreno, o que implica a introdução de novos objetos tomados em relação ao então novo campo teórico. Duas idéias básicas saussurianas são mantidas por Pêcheux: a idéia de língua como sistema e a de língua como instituição social.

A partir dessas idéias serão pensados os processos discursivos; e assim, Pêcheux desloca / rompe com o objeto saussureano e propõe que a Análise do

Discurso trate de um novo objeto (discurso) que funde Língua, Sujeito e História. Daí a necessidade de propor um quadro teórico em torno de Saussure, Marx e Freud relidos, respectivamente, por Pêcheux, Althusser e Lacan.

No segundo espaço, (a segunda época da AD) há a inserção do sujeito da enunciação, como processo do assujeitamento. Pêcheux (1983 - 1997) marcará esse sujeito como assujeitado pela ilusão de ser a origem do discurso, afetado pela ideologia.

Teremos ainda nesse espaço a noção da Formação Discursiva (FD), e a noção de Interdiscurso que marcará o conceito FD que, posteriormente, trará à tona discursos outros e a constituição da materialidade histórica.

E no último momento, a chamada terceira época, Pêcheux, através dos estudos sobre a subjetividade psicanalítica, apresenta um sujeito que se constitui e se realiza no “outro” existente na interação social surgindo, assim, um sujeito heterogêneo, múltiplo, e que apresenta o seu discurso atravessado por outros discursos norteados de heterogeneidades que o constituirão.

Nas palavras de Pêcheux (1975:228), o sujeito do discurso não se pertence, ele se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina. Trata-se então do “fenômeno da interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso (...) pela identificação do sujeito com a FD que o domina”.(...)

Pêcheux então afasta-se das posições dogmáticas alimentadas anteriormente pela vinculação com o Partido Comunista e acontece o momento do encontro com a “nova história”, da aproximação com as teses de Foucault, em que Pêcheux critica duramente a política e as posições derivadas da luta teórica (primeiro e segundo espaço da AD) e, assim, abre várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento.

Nas palavras de Gregolin (2003), quando adotamos o ponto de vista da Análise do Discurso, focalizamos os acontecimentos discursivos<sup>1</sup> a partir do pressuposto de que há um real da língua e um real da história, e o trabalho do analista de discurso é entender a relação entre essas ordens, visto que o sentido é produzido pela relação do homem com a língua e com a história.

A Análise do discurso propõe, portanto, descrever as articulações entre a materialidade do enunciado, seu agrupamento em discursos, sua inserção em formações discursivas, sua articulação através de práticas, seu controle por princípios relacionados ao poder, suas inscrições em um arquivo histórico.

Reportemo-nos a Menezes (2004:22) que, sobre o conceito de discurso, nos diz que se

na origem *discurso* não diz respeito à linguagem, a sua extensão mostra-se, desde o início, comprometida com uma problemática desta área. Isto é, *discurso* é a própria palavra em movimento, cuja noção desloca-se no tempo e no espaço, assumindo múltiplos sentidos.

Assim, seja como equivalente à fala, numa visão cotidiana, ou como um sistema articulado de falas, o termo discurso tem sido objeto de diversas conceituações, desde, pelo menos, os estudos da retórica na Antiguidade. Quer dizer, essa problemática conceitual não se situa apenas em nosso tempo, embora ganhe um contorno mais amplo num período em que cresce o interesse das ciências da linguagem pelo estudo da interação humana (prática languageira) nas diversas práticas sociais institucionalizadas.

Entende-se então que nessas práticas institucionalizadas que Pêcheux faz uso da língua (considerada na sociedade e na história) como condição de possibilidade de um discurso, materialidade ao mesmo tempo lingüística e histórica,

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, daremos ênfase ao acontecimento discursivo que, segundo Foucault (1969), é aquele que “restitui ao enunciado sua singularidade de acontecimento”.

sendo um produto social que resulta de um trabalho com a linguagem, no qual coincidem o histórico e o social.

No âmbito discursivo, a língua é reconhecida pela sua opacidade e pela forma como nela intervem a sistematicidade e o imaginário, aparecendo o equívoco<sup>2</sup> como elemento constitutivo da mesma. A língua na AD tem um funcionamento ideologicamente marcado e suas formas materiais são revestidas desse funcionamento. Leandro – Ferreira (1999:130) afirma:

... na ótica discursiva, falar da língua é falar da falta, é admitir que o todo da língua não pode ser dito em nenhuma língua; sempre faltarão palavras para expressar algo, pois, existe o impossível a dizer.

Na AD, a língua é vista em sua condição de materialidade como um dos elos essenciais a compor o tecido discursivo. Dessa forma, de uma maneira geral, as práticas languageiras podem tornar-se objeto de estudo científico, como as conversações familiares, o discurso em situação didática, a consulta médica, a publicidade, a narrativa de vida, o debate, o *talk-show*, o *chat*, o discurso literário e o discurso político que é o foco principal de nosso trabalho.

Em relação à AD, referindo-nos ao discurso como acontecimento, não poderemos deixar de mencionar a questão do enunciado. À medida em que o identificamos no interior dos sistemas que o instauram – os arquivos – apreendemos - lo em eventos discursivos. Com esse ato, restituímos ao enunciado “aquilo que de fato o caracteriza: a sua singularidade de acontecimento” (Foucault, 1995: 32). O

---

<sup>2</sup> Entende-se Equívoco como marca de resistência que afeta a regularidade do sistema de língua, este conceito surge da forma como a língua é concebida na AD (enquanto materialidade de discurso, sistema não –homogêneo e aberto). Algumas de suas manifestações são os lapsos, falhas, deslizamentos, mal - entendidos, ambigüidades, que fazem parte da língua e representam uma marca da resistência. Dizemos com Pêcheux (1988) “que todo enunciado pode tornar-se outro, uma vez que seu sentido pode ser muitos, mas não pode ser qualquer um.”

acontecimento discursivo é, pois, o próprio enunciado. Ele diz respeito a um objeto do mundo que pode ser partilhado pelo outro com um olhar referencial.

Pêcheux problematizara questões referentes à língua a partir desse, então, novo objeto teórico denominado discurso, que irá variar de acordo com a posição política - ideológica em que se inscreve o sujeito. Esse estudioso ainda argumenta:

a língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. (...) a língua se apresenta assim como base comum dos processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que (...) os processos ideológicos simulam os processos científicos. (PÊCHEUX 1997:91)

Pêcheux (1990:23) acreditava que “as palavras são revestidas por um véu” (opacidade da linguagem) que não permite apreender diretamente a significação, ou seja, não apreende totalização. Todo discurso é produzido no interior de uma ideologia. A memória e a história, em seus arquivos, devem ser colocadas sob suspensão, pois constituem algo a ser analisado.

A AD propõe uma interpretação não-neutra, que se dá por um procedimento de *desconstrução* e análise<sup>3</sup> dos discursos, que podem ser tomados em torno de determinados temas e conjunturas.

A partir desta definição de discurso, que se constitui pela inscrição ideológica, entendemos o porquê do deslocamento do objeto saussureano e, principalmente, das referências a Saussure. O discurso, objeto de estudo da AD, não

---

<sup>3</sup> “Foi a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar, logo do que falar (e calar); quer dizer que este “quer dizer” do falar e do escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade determinada de um fundo duplo, o “quer dizer” do discurso do inconsciente – este fundo duplo do qual a lingüística moderna, nos mecanismos da linguagem, pensa os efeitos e condições formais”. Cf. ALTHUSSER (1978: 14).

será a língua, ele se constituirá dos efeitos de sentido da junção do sujeito, da língua e da história.

Fernandes (2004:03) endossa o dito por Pêcheux quando nos diz que o discurso não “é a língua nem a fala, mas, como uma exterioridade, implica-as para a sua existência material; realiza-se por meio da materialidade lingüística, cuja possibilidade firma-se em um ou vários sistemas estruturados”.

Entendemos discurso como objeto histórico e ideológico que se produz socialmente por meio de materialidade específica - a língua - compreendida como prática social, sendo uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite defini-lo como um espaço de regularidades enunciativas, no qual evidências se repetem em uma dada ordem no interior do discurso.

Nas palavras foucaultianas, discurso é concebido como uma prática do homem na sociedade. Clivado pelo consciente e inconsciente e movido pelo desejo, o sujeito constitui-se enquanto tal, determinado e determinando práticas discursivas que provêm da “formação dos saberes e a necessidade de formação de outras práticas não discursivas”. (GREGOLIN, 2001:14)

Ainda compartilhando de conceitos sobre discurso estabelecidos por Foucault (1987), teremos discurso “como unidade do plano de conteúdo que precisa se unir a um plano de expressão para se manifestar e tem sua identidade definida a partir de outro discurso”. E tomando, ainda, discurso como força constituidora de poder, esse filósofo faz referência ao discurso como “um espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente” (FOUCAULT: 1971:9-11) que é gerador de poder.

Complementando essas afirmações, Foucault (1969:135) evidencia discurso como:

um conjunto de enunciados que derivam de uma mesma formação discursiva, ou seja, ele é constituído por uma série de enunciados para os quais podem se definir um conjunto de condições de existência (...). O discurso tem a regularidade de uma prática que deve ser apreendida de um sistema de formação. ( Foucault 1969:135)

Fernandes & Santos (2003:10) nos dizem que o discurso se constitui da dispersão de acontecimentos e discursos outros que se transformam e se modificam. E é nessa dispersão que iremos observar quais os efeitos de sentido estão presentes nas teses proferidas por Lula nas campanhas políticas de 1989 e 2002 e, visto que elas não são coincidentes, que fatores proporcionaram deslocamentos.

Partiremos da hipótese de que o contexto social-político-econômico contribuiu de forma direta para os possíveis deslocamentos de Lula enquanto sujeito discursivo, marcado pela relação desejo – poder (principalmente o desejo de completude do sujeito) e que estes deslocamentos são decorrentes de uma aproximação ao modelo sócio-político próprio às forças hegemônicas vigentes.

Entenderemos esse sujeito discursivo a partir da posição -sujeito na qual ele se inscreve. Uma posição sujeito não será uma realidade física, mas um objeto imaginário, representado no processo discursivo, ou seja o lugar ocupado pelo sujeito na formação social. Dessa forma não há um sujeito único, mas diversas posições–sujeito, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas. Assim, consideramos duas posições-sujeito em que o sujeito discursivo Lula se circunscreve: i) Sujeito discursivo sindicalista militante (1989) ; ii) Sujeito discursivo presidencialável “renovado” (2002).

## 1.2 – As posições – sujeito e as relações de poder

Focalizando a posição - sujeito sindicalista e militante do Partido dos trabalhadores, Lula procura escrever a sua história na História do Brasil, inicialmente, seu pensamento era:

ser um bom profissional, ganhar um salário, viver a vida. Ter filhos. Nada disso de ser da liderança sindical”, em outras palavras :“não tenho pretensões políticas. Não sou filiado a partido político, e tenho a certeza que jamais participaria da vida política, porque não sirvo para a política. (PARANÁ, 2002: 53-83)

Mas, em setembro de 1968, por intermédio de seu irmão frei Chico, Lula filiou-se ao sindicato e foi eleito em 1972 como diretor do mesmo em São Bernardo do Campo. Segundo Lula, “foi a partir daí que ele começou a *pegar gosto, começou a ver debates, a presenciar conchavos, divergências e foi aí que começou o aprendizado político*”. (PARANÁ, 2002:108-109. **grifo nosso**)

A partir de então Lula começou a dedicar seu tempo às questões ligadas ao sindicato, às greves, à luta por melhorias no trabalho nas fábricas. Foi então que, segundo ele mesmo, naquele momento de tensão e decisões que cabiam a ele, mas que conseqüentemente afetariam centenas de operários, Luiz Inácio tornou-se “Lula”, nesse momento nasce um “*sindicalista militante*”. E assim, a política passou a fazer parte da vida de Lula, a qual ele definia como um vício que o seduzia, envolvia, e o Luiz foi se apagando e o Lula se ascendendo:

(...) A verdade é o seguinte: política é como uma boa cachaça: Você toma a primeira dose e não tem mais como parar (...) Política é assim, eu não tinha pretensões, fui diretor de base, trabalhei no jurídico e depois tornei-me presidente do sindicato. (PARANÁ, 2002: 109-114)

Da mesma maneira que o sindicato crescia Lula evoluía também. E com esse crescimento, surge a necessidade de criar um novo partido político no país, destinado a lutar pelos direitos dos trabalhadores. Segundo Lula: “Quando a gente começou a criar o PT, aí então é que houve um divisor de águas neste país”. (PARANÁ, 2002: 109)

Da mesma opinião, seu irmão Frei Chico, fala do momento histórico de ascensão do PT, em que “a sociedade se encontrava em processo de evolução muito grande para conquistar a desejada democracia”. Foi o momento ideal em que o governo já estava desgastado, sem forças e apoio da sociedade. Segundo ele, “Lula já tinha noção que somente no sindicato não iria a lugar algum. Por isso a necessidade de criar um partido nacional”.(idem).

O princípio do sonho de mudanças se instaura em 10 de fevereiro de 1980 no colégio Sion. Para constituir o partido, fora preciso vencer muitas barreiras:

as dúvidas quanto a viabilidade do projeto, as desconfianças mútuas entre os militantes de esquerda e ativistas de movimentos sindicais e populares, os preconceitos contra os intelectuais, da parte dos sindicalistas e vice-versa, e assim por diante... mas finalmente, a utopia, há longo tempo alimentada por tantos militantes de esquerda, de construir um partido grande, enraizado nos sindicatos, nos movimentos populares, no meio da juventude, parecia tomar forma visível, concreta, no auditório do colégio Sion. Estavam ali militantes que lutaram contra a opressão, professores universitários, representantes da igreja, todos juntos, para tornar realidade a criação do partido que estava destinado a ser ‘a voz e a vez’ dos *trabalhadores no país*”. (Anais, 1997: 29 **grifo nosso**).

Constituído o PT, Lula tornara seu primeiro Presidente, apoiando-se no estatuto do partido, que sintetizava em três palavras: Trabalho, Terra e Liberdade. Seu manifesto expressava a luta contra a ditadura militar e agregou, na fundação do partido, três grandes grupos: os sindicalistas, as comunidades de base e os

movimentos populares ligados à Igreja Católica e parte da esquerda que vivia na clandestinidade.

Entre congressos, debates, manifestações e candidaturas, a posição sujeito sindicalista-militante radical se fazia presente por acreditar que o socialismo, defendido por eles, baseava-se na Liberdade democrática. Liberdade válida para qualquer cidadão e cujo limite deveria ser sua própria constitucionalidade democrática. Segundo Lula (Veja;1989), “o socialismo petista será radicalmente democrático ou não será socialismo”. Ele acreditava que precisava haver organização na militância, engajamento nos movimentos sociais, nas fábricas, escolas, universidades, nas lutas do campo e da cidade para diminuir a desigualdade social existente no país.

Esse acontecimento histórico teve especial relevância não só na mudança das condições histórico-sociais da época, como também na reconfiguração de saberes já existentes no interior desta posição – sujeito. Essa posição sujeito passa então a agregar saberes relacionados ao campo da política partidária, pois a ela se incorporam outros segmentos do operariado, bem como funcionários públicos, trabalhadores rurais, estudantes e intelectuais.

O partido ganha destaque, sobretudo, por reivindicar a participação dos trabalhadores no processo de democratização do país. Segundo Lula, o PT é a ferramenta que permitirá atuar e transformar o poder no país. Assim, a atividade partidária deve complementar a sindical, sem que uma queira substituir a outra. Nesse ínterim, a constituição do partido ora apresentado como o “novo” na cena política permite, pelo viés do discurso, o confronto com outros partidos (Arena e MDB): o “novo” produz efeitos de sentidos de divergência ou de acusação.

Todo esse envolvimento político, essa posição-sujeito, esteve presente no primeiro grande momento do PT, ao participar da primeira eleição direta pós 1964, na qual Lula candidatou-se como presidente da República, em 1989. Em 9 (nove) anos de trabalho e militância, tanto Lula quanto o partido ganharam visibilidade político social.

A eleição destacava-se historicamente na política do Brasil, como um episódio insólito, após uma longa e amarga ditadura militar que pairou sobre o país. Foi a coroação de um processo democrático, empurrado adiante por um movimento de massas sem precedente.

Nesse panorama, o PT despertava interesse e politização popular. A força do PT, encontrava-se na militância. E apesar de ter amargado o sabor da derrota, Lula, juntamente com os demais integrantes do PT ainda mantiveram o sonho, a utopia da mudança. E juntos se fortaleceram tornando-se o PT o maior partido de esquerda do país e Lula destacado como seu maior representante.

Passados 22 anos de militância petista e exposto à quarta candidatura, Lula se insere em um novo espaço discursivo, assume uma outra posição - sujeito, na qual abraça novos ideais, e ameniza o discurso radicalista de outrora. Assim, em certa ordem de seu discurso globalizado, muda suas palavras, passa a alimentar o imaginário do povo, ou seja, deslocou-se de um espaço no qual não transmitia total confiança aos eleitores, para outro no qual faria com que seu desejo fosse completado pelo desejo instalado no povo de fazer urgentes transformações, mas sem perder seus sonhos e idéias.

Para discutir estas questões, acreditamos que está ocorrendo uma alteração no discurso político contemporâneo em função de uma mudança na configuração *sociopolítica* (*social, cultural, econômica, histórica, e política*) geral fora

da órbita tradicional do Estado. Nesse novo quadro, o discurso perde determinadas características e ganha outras emergentes. Com isso, passamos por um momento de (re)definição do discurso político.

Segundo Menezes (2004:114), existe uma proposição geralmente aceita de que o discurso político se apresenta como um discurso relacionado ao poder. O problema surge quando vai precisar o que vem a ser o poder e como se dá esta relação com o discurso político e constata-se que, em determinadas pesquisas, o poder está localizado no aparelho estatal. Isto significa realçar o discurso político como uma manifestação do profissional da política, numa tradição que vem de Platão, em “Político,” e recebe um reforço recente em Bourdieu (2001).<sup>4</sup> Em outros casos, “tudo é poder” e, por extensão, tudo é política e “todo discurso é político”.

Esta é uma formulação de raiz na sofística que buscava igualar a política à retórica<sup>5</sup> e que, de acordo com Bonnafous (1988), acompanhou os primeiros momentos da Análise do Discurso. Uma outra posição é que esta relação aparece mais produtiva na contemporaneidade, que vê o discurso político com relação ao poder; mas nem tudo é poder e o poder não se localiza apenas em torno do aparelho estatal. Reportemo-nos ainda a Menezes (2004:115), na tentativa de explicitar as relações entre política e poder:

A formulação de que “todo discurso é político” acha-se articulada à noção de que “tudo é política” e tem uma relação contemporânea com a perspectiva teórica aberta por M. Foucault, em sua pesquisa sobre a “genealogia do poder”. Ao colocar no centro da elaboração a idéia de que as relações de poder não se passam fundamentalmente no espaço do Estado, das suas instituições jurídicas e pelo uso da violência, este deixa de ser visto então como o órgão central e mesmo o único do poder. O poder é plural e encontra-se espalhado por todo o tecido social. Ele está

---

<sup>4</sup> “A produção das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais”. (...) “Nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* político supõe uma preparação especial”. (BOURDIEU, 2001: 213-217)

<sup>5</sup> LAUFER (1986: 191).

em todo lugar, em todos os espaços sociais. O poder não é visto como uma coisa, mas uma prática social. Não é um instrumento específico do Estado.

Compartilhando as idéias de M. Foucault, que provocou um deslocamento na tradição teórica das Ciências Políticas, entende-se que se o poder é um elemento fundamental da política e esse está em toda parte, a política também não estaria resumida às instituições do Estado. Ou seja, a política manifesta-se também em toda parte, todos os lugares onde se trate de questões relacionadas ao poder na estrutura social. Daí que todos os sujeitos de discurso e de ação desempenham algum nível de política, mesmo que esses sujeitos não estejam implicados no ato em si de fazer política.

No texto *Sujeito e Poder*, Foucault (1995) manifesta seu desejo de descobrir como os humanos tornam-se sujeitos, sendo este, segundo ele, objeto de estudos de seus últimos 20 anos. Ele evidencia as relações estabelecidas entre o poder e o sujeito uma vez que o sujeito humano é colocado em relação de produção e de significação e é igualmente colocado em relação de poder. Para entender esta relação, faz-se necessário conhecer as condições históricas que motivam as conceituações e as formas de resistência contra as diferentes formas de poder.

Com isso, ele reflete sobre as lutas e oposições nas quais o sujeito se inscreve. Nesse caso, pensamos em Lula e nas diversas relações de poder estabelecidas de forma explícita ou não, nos discursos de 1989 e 2002 que apontam o deslocamento / mudança de ideais no tocante à dívida externa e alianças políticas.

Para que as relações de poder interfiram de maneira que possam modificar a ação do sujeito, é necessário que esse sujeito esteja em ação e que se abra diante da relação de poder e reaja com resposta, reação e efeito, que

acreditamos que, nesta pesquisa, se mostrará no deslocamento do sujeito desejante de poder demonstrado nos dizeres do sujeito em espaços distintos de interlocução.

Por outro lado, a caracterização apresentada por M. Foucault dá-se em um momento importante da conjuntura política do final dos anos 60 e anos 70, principalmente na Europa. Em diversos países, assistia-se à emergência de uma atividade popular intensa, o modelo de discurso político tradicional ora se enfraquecia, multiplicando-se, assim, os sujeitos que se colocavam na arena de conflitos; além disso, aumentava a quantidade e a qualidade das suas demandas e as necessidades de transformações dos mesmos que já não acreditavam somente em fazer política para uma única classe, buscavam sim um discurso mais aberto, plural e de entendimento de todas as classes.

Um exemplo disso é o enfraquecimento de narrativas gerais de sustentação do discurso político “tradicional”, como o marxismo [sociedade de classes, revolução socialista, etc., cuja expressão mais recente “trabalhador vota em trabalhador” não tem ocupado um espaço importante], e a convivência no espaço público de posições antes percebidas por antagonismo e exclusão [burguês x proletário; operário x patrão; religião x política; eleições x futebol, etc.].

Todo discurso é político no sentido dado pela Escola Francesa, em que “todo discurso é objeto de uma ‘deformação ideológica’ (Maingueneau,1991:21), cuja análise nos envia em última instância à luta de classes” (assim também definida por Pêcheux).

Todas as manifestações discursivas seriam, *a priori*, definidas pelo lugar político do sujeito. Acontece que as distinções dizem respeito não apenas à “vontade” ideológica do sujeito, mas à manifestação subjetiva própria da sua participação e reconhecimento de eventos. Entendemos ideologia do ponto de vista

de Althusser (1970:30): “a ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza em aparelhos e práticas, sendo ligada ao inconsciente através da interpelação dos indivíduos em sujeitos”. Ela é, assim, marca da intersubjetividade na constituição do próprio sujeito que, neste trabalho, é o ponto principal de estudo.

Assim, reconhecer a ideologia diz respeito à verificação da relação discursiva a partir das relações que os sujeitos estabelecem no campo das representações sociais e valores compartilhados. O discurso político é identificado como uma fala, um dizer de um especialista em assuntos que dizem respeito a todos, ou de um ponto de vista mais moderno, como a fala do profissional da política e do político em si.

Segundo a tradição clássica, a definição acima é “restrita” e é condizente com a filosofia de Platão. Diríamos que a política se constitui como um ramo hiper-especializado do conhecimento, que não tem a menor possibilidade de ser praticado por todos ou por qualquer um.

Tratar-se-ia do saber mais elaborado pela sociedade: a política é uma “ciência crítica e diretiva”, cujo estatuto está acima de todas as demais. O seu grau de dificuldade é o maior, pois o seu objeto volta-se para a relação perfeita entre a pessoa humana e a sociedade. Observe a definição de Platão no que se refere a esta ciência:

Aquela ciência que dirige a todas, que tem o cuidado das leis e dos assuntos referentes à polis, e que une todas as coisas num tecido perfeito, apenas lhe faremos justiça escolhendo um nome bastante amplo para a universalidade de sua função e chamando-a a política. (Platão: 1972; 305)

Assim, para Platão, em oposição aos sofistas, o discurso político era inacessível ao conjunto da população. Para ele, “a massa, qualquer que seja, jamais

se apropriará perfeitamente de uma tal ciência de sorte a se tornar capaz de administrar com inteligência uma cidade”. E, na acepção desse filósofo, a melhor forma de dirigir uma cidade seria um governo de uma só pessoa, a melhor forma seria a República, dirigida por apenas um homem que domine a ciência chamada política.

O conceito de discurso político, segundo Pêcheux (1977:02), apud Courtine<sup>6</sup> (1981:02), de suma importância para este trabalho, nos diz que:

(...) não se trata de intervenções puramente técnicas: uma certa maneira de tratar os textos está inextricavelmente misturada com uma certa maneira de fazer política (...) não se pode pretender falar do discurso político sem simultaneamente tomar posição nas lutas de classe.

O dizer de Pêcheux nos conduz a uma questão interessante, ao observarmos como ele expõe o conceito de discurso político. Acreditamos que nenhum discurso é ingênuo e certamente para o sujeito discursivo haverá a possibilidade de escolha se irá ou não se inscrever na ordem do discurso na qual se insere.

As palavras proferidas por Pêcheux instauram um sentido marxista para o conceito, e isto não quer dizer necessariamente que ele tenha que ter um posicionamento único em relação ao contexto e as condições de produção na qual está inserido. É possível dizer que se pode falar em política sem ser político (profissional) e sem posicionar-se, esta escolha também seria uma inscrição do sujeito diante das condições de produção na qual está inserido.

Nesta pesquisa, consideraremos discurso político como o discurso do profissional da política. O discurso político é o discurso mais próprio para uma leitura ideológica. E a relação do discurso político com a instância ideológica não será

---

<sup>6</sup> Tradução de Sírio Possenti – Circulação restrita.

aqui evitada, porque “esta tomada de posição, determina a realidade, a maneira de conceber formas materiais concretas a partir das quais as idéias entram em luta com a história”. (PÊCHEUX, 77;02 *apud* CORTINE,1981:02)

Inicialmente, a AD se propunha a analisar discursos políticos e seus efeitos perpassados por narrativas extensas (chamadas língua de madeira). Entretanto um novo modelo, intitulado de política da fala, aquela de formas breves, fórmulas das pequenas frases, ganha lugar na AD. Ditas nas palavras de J. J. Courtine (2003:23), se constituem assim:

Uma fala política, cambiável, fluida, imediata, que se prende ao instante antes de se inscrever na memória, privilegiando antes a astúcia verbal do que a estratégia discursiva. Fala dialógica feita de jogos de linguagem, de trocas conversacionais: a fala pública conhece uma profunda transformação enunciativa, que a torna uma fala breve, enunciativa, descontínua, fragmentada. Um discurso no qual ressurgiria um indivíduo falante, enquanto o aparelho político se apagaria: as vozes não seriam mais anônimas, cada um fala em seu nome.(...) discurso político seria (...) o falar verdadeiro (...) o falar francamente.

Courtine (2003:23) fala-nos da praticidade e desenvoltura que hoje constituiu o discurso político, distante dos longos e intermináveis dizeres que outrora eram enunciados e de seus sujeitos que se configuram através do seu próprio dizer com sua própria voz.

Assim, o discurso político manifesta-se na relação com os poderes disseminados na sociedade, como diz M. Foucault (1994), e articulados em diversos espaços - tempos. Esses espaços são múltiplos e variados. Em relação ao discurso político, em nossa sociedade, podemos dizer que existem quatro espaços que servem de modelo aos demais: “o espaço da cidadania, o espaço da produção, o espaço doméstico e o espaço mundial/local”, a que correspondem distintas “unidades de prática social, formas institucionais, mecanismos de poder e forma de direito”. (MENEZES, 2004: 125)

Nesse sentido, o discurso político aparece como manifestação de sujeitos localizados nesses espaços de poder e relacionado a um problema que diz respeito à vida social em uma formação social específica.

Desse modo, para Menezes (2004:116), o discurso político pode ser entendido em três formas: (i) com a posição centrada na produção - o discurso político é aquele que fala de política; (ii) discurso político é aquele que é lido (escutado) como político; (iii) trata-se de um discurso referente aos assuntos da cidade [quer dizer, que possam ter uma dimensão pública] de acordo com representações dos sujeitos numa dada situação. Ou seja, não nos parece ser apenas um discurso que se apóia em rituais e representações determinados *a priori*, pois nem tudo que é político para uma instância pode ser, necessariamente, para a outra.

Para reafirmar a prática deste discurso como prática social, retomamos o conceito de discurso de Foucault, que pressupõe necessariamente a idéia de “prática”. Foucault (1969) propõe estudar as práticas discursivas, promovendo uma análise que trabalhe a constituição de enunciados e suas movências nos atos praticados por sujeitos historicamente constituídos.

### **1.3 – O discurso – Interdiscurso e suas formações**

Foucault (1969) argumenta sobre práticas discursivas e as define como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício de uma função

enunciativa. E por serem objeto de luta, as práticas discursivas determinam que nem sempre tudo pode ser dito, que aquilo que pode ser dito é regulado por uma ordem do discurso. Não se pode absolutamente falar de uma coisa qualquer num lugar e tempo qualquer. Há sempre que se submeter à ordem do discurso. (FOUCAULT: 1996)

A essa regularidade citada por Foucault (1969:43) denomina-se formação discursiva, assim definida:

no caso em que se puder descrever entre um certo número de enunciados semelhantes sistema de dispersão, e no caso em que os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir sua regularidade (uma ordem, correlação, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Pêcheux (1995:160), partindo do conceito de formação discursiva de Michel Foucault (1969), apresenta-nos um novo conceito lingüisticamente constituído para a AD, ao que chamaremos, então, FD –

aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de lutas de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição de um programa etc.)

As FDs podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso: "todo complexo com dominantes das FDs".

Articulando o conceito de FD de Foucault para construir um conceito de caráter mais lingüístico, Pêcheux (1997) não faz uso do conceito foucaultiano de discurso, porque entende discurso como instância de materialização das ideologias e efeitos de sentido entre interlocutores. Para reforçar o conceito das regularidades, Pêcheux juntamente com Haroche (1971:102) partiu do conceito de formação ideológica, *apud* Courtine (1981:02) afirmando:

(...) falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento (determinado aspecto da luta nos aparelhos) susceptível de intervir como força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica, característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem "individuais nem universais", mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito uma em relação a outras.

A luta de classes é constante no discurso político do presidencialista Lula e o sujeito discursivo constitui-se a partir das práticas discursivas e das condições de exercício dessas práticas que trazem a representação política, que parte do extremo radical socialista a um discurso que se aproxima da direita política, com a qual dialoga.

Observaremos no discurso do presidencialista Lula, a formação discursiva e ideológica decorrente das condições de produção (CP) que constitui a instância do discurso, o lugar de onde fala, a imagem, o contexto (...) e a formação social. (COURTINE: 1981:03)

Essas condições de produção implicam ainda o que é material (a língua sujeita ao equívoco e à historicidade), o que é institucional (a formação social em sua ordem) e o mecanismo imaginário (esse mecanismo possibilita imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso dentro de uma conjuntura sócio-histórica).

Condições de produção são os aspectos históricos, sociais e ideológicos constitutivos dos discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos de relação de sentido. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros discursos. Em outras palavras, os sentidos resultam das relações estabelecidas: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como abre para dizeres futuros.

Segundo Pêcheux (1975:07-80), a formação social é caracterizada por um

estado determinado de relações entre as classes que compõem uma comunidade em um determinado momento de sua história. Essas relações estão assentadas em práticas exigidas pelo modo de produção que domina a formação social. A essas relações correspondem posições políticas e ideológicas que mantêm entre si laços de alianças, antagonismos ou de dominação.

Esse conceito citado acima é importante para este trabalho por acreditarmos que a formação social intervém na constituição do sujeito discursivo.

Para findar a discussão sobre os conceitos de discurso concernentes à pesquisa, recorreremos ao conceito de Interdiscurso, de Pêcheux (1995), definido como “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade – contradição – subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo de formação ideológica. O interdiscurso é o atravessamento de um discurso por discursos outros caracterizados por formações discursivas que o assujeitam, sendo assim interpretável e irrepresentável enquanto interdiscurso. Para tornar-se interpretável e representável deve aparecer sob uma forma de efeito de memória.

Reportemo-nos ao conceito de interdiscurso de Maingueneau (2004) que o define como “espaço discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca”, complementado pelo conceito de Courtine (1981:02), para quem o interdiscurso “é uma articulação contraditória de formações discursivas que se referem a formações ideológicas antagônicas”.

Entendemos, nas palavras de Agustini (2005:6),

que o interdiscurso compreende o conjunto das formações discursivas e se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a re-significação do sujeito sobre o já –dito, o repetível, determinando os deslocamentos promovidos pelo sujeito nas fronteiras de uma formação discursiva. O interdiscurso determina materialmente o efeito de encadeamento e articulação de tal modo que aparece como puro-já –dito.

Ao pensarmos nas relações interdiscursivas e no efeito do interdiscurso sobre si mesmo, nos vêm à tona a questão do intradiscurso, entendido como "simulacro material do interdiscurso, na medida em que fornece-impõe a "realidade" ao sujeito, matéria prima na qual o indivíduo se constitui como sujeito- falante numa determinada formação discursiva que o assujeita" (idem). Assim, podemos dizer que ao pensarmos em discurso como uma teia a ser tecida, podemos dizer que o intradiscurso é o "fio do discurso" de um sujeito.

Para Pêcheux (1997), teremos determinado nas materialidades, na estrutura do intradiscurso, dois tipos de discrepâncias: o pré- construído (corresponde ao sempre – já – aí da interpelação ideológica que fornece – impõe a realidade e seu sentido sob a forma de universalidade) e o efeito que chamamos de articulação (constituiu o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela represente no intradiscurso aquilo que determina a dominação da forma –sujeito).

#### **1.4 – O sujeito: deslizamentos e deslocamentos da política para o espetáculo**

Para entendermos como o sujeito discursivo Lula se constitui, é necessário buscarmos em outras áreas de conhecimento (Psicanálise, Ciências Sociais, Filosofia, etc.) reflexões acerca dessa constituição.

Para Pêcheux (1975:228) o "sujeito do discurso não se pertence", ele se constitui "pelo 'esquecimento' daquilo que o determina". Trata-se do fenômeno da interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso pela identificação (do sujeito) com a FD que o domina.

Partiremos da interpretação dos aparelhos ideológicos AIE (ALTHUSSER:1992) e, na interpretação da primeira tópica freudiana, utilizando a oposição entre o sistema pré-consciente e consciente e o sistema inconsciente para definir dois tipos radicalmente diferentes de esquecimentos inerentes ao discurso que dizem respeito ao sujeito discursivo.

Para tal, buscaremos em Althusser (1992:15) a discussão sobre Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), duas considerações importantes no tocante à ideologia relacionada ao sujeito (interpelação do sujeito pela ideologia), visto que não existe sujeito sem ideologia. Robin (1997:122) tece essa discussão sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado dando ênfase à interpelação na qual o sujeito se constrói e esta passa por duas modalidades:

- a) O sujeito é colocado em relação a outros sujeitos – o que lhe garante a lembrança das reais relações de classes, e;
- b) Há tendência à eliminação da colocação do sujeito suporte nas relações sociais – o que possui um caráter ideológico, ao acontecer na linguagem do universal.

Para Pêcheux (1997), *apud* Rodriguez-Alcalá (2004:04)

a ideologia age como mediação necessária entre o homem e suas condições materiais de existência. A ideologia é, do ponto de vista do discurso, esse trabalho simbólico e político sobre o real natural que se opera na língua e do qual resulta e desenvolve a vida humana; sua eficácia provém do fato de que seu funcionamento é da ordem do inconsciente.

Pêcheux (1995) chama de esquecimento nº 01 aquele que é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos, quando na realidade retomamos sentidos pré-existentes. Segundo Pêcheux (1995:173),

o esquecimento nº 1 dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Neste sentido, o esquecimento nº 1 remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que - como vimos - esse exterior determina a formação discursiva em questão.

O esquecimento nº 02 é da ordem da enunciação. Para Pêcheux (1995), ao falarmos o fazemos de uma maneira e não de outra e, ao longo de nosso dizer, formam-se sentidos que indicam que o dizer poderia (ou é) ser outro.

Esse esquecimento produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão, faz-nos acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, ou seja, o que pensamos só pode ser dito desta maneira, com estas palavras e não com outras. Pêcheux (1995:173) ainda considera:

todo sujeito falante 'seleciona' no interior da formação discursiva que domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação à paráfrase – um enunciado, forma ou seqüência e não um outro que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Sabemos que, para a Análise do Discurso, o “sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente interpelado pela ideologia”. (ALTHUSSER: 1992:14). Essa concepção nos leva a observar que a fala desse “sujeito” é constituída por outras falas.

Sabemos, ainda, que o sujeito é marcado pela incompletude e anseia pela completude. Perpassado por “várias vozes”, o sujeito constitui-se em sujeito polifônico, o que comprova que o sujeito se constitui na “interação com o outro”. (BAKHTIN: 1992)

A condição da linguagem é a incompletude. “Nem sujeitos, nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. A incompletude atesta

a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível”. (ORLANDI, 2001:52)

A constituição de Lula como sujeito discursivo, objeto desta pesquisa, será pensada aqui como “posição-sujeito”. Não é uma forma de subjetividade, mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz (FOUCAULT: 1969). E, ainda segundo Foucault (1969), é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz, sendo resultado de uma produção que se dá em três eixos: o ser – saber; o ser – poder; o ser – si.

Para a AD, o conceito de sujeito está vislumbrado no entremeio da complexidade e incompletude que o torna sempre desejante, constituindo-o em ser histórico, social, político e cultural. O sujeito se circunscreve na ordem do discurso, segundo Foucault, por suas anterioridades discursivas, suas vinculações, suas implicaturas e sua regulação. Pensando o sujeito como fabricação, uma construção realizada historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e sua conseqüente articulação com os poderes.

Pautados nessas considerações, pensamos em uma questão que está sempre presente e que incomoda os estudiosos: como conciliar a figura de um sujeito assujeitado, determinado pelas relações sociais, produto de lutas de classes, com o sujeito do inconsciente, movido pelo desejo, marcado por uma falta e submetido ao discurso do Outro? Podemos pensar sobre esse par conceitual que o primeiro registro é de que a tensão entre a sobredeterminação e o desejo não tem como se dissipar. Pêcheux (1990), em seus últimos textos, demonstrou não estar imune a essas questões; envolvendo a interface com a psicanálise, e caminhou no

sentido de perceber no sujeito, bem como na língua, uma falha constitutiva, de caráter estrutural.

Partindo do dizer de Foucault (1969) que o sujeito se inscreve em uma dada ordem e regulação, verificaremos quais as mudanças ocorridas no contexto político-sócio-econômico e histórico, os deslocamentos e as transformações do sujeito Lula constituído pelo discurso político, observando quais são as condições de produção desse sujeito discursivo. Enfatizaremos as unidades discursivas caracterizadas pelas regularidades **históricas** e **ideológicas** que apresentam, no fio discursivo, os apagamentos, os esquecimentos e os silenciamentos do sujeito discursivo próprios à constituição desse sujeito.

Entendemos por regularidades, nas palavras de Santos (2004: 109-118),

as evidências significativas observadas na conjuntura enunciativa da manifestação discursiva em estudo. Essas evidências aparecem como elemento de recorrência de idiossincrasias enunciativas, ou ainda do efeito provocado pela natureza de organização dos sentidos na enunciação.

E essas regularidades seriam sustentadas pelas ordens do sujeito e da identidade. Essa “ordem”, como unidade discursiva, é conceituada nas palavras de Santos (2004:110) como:

entendemos por ordem, enquanto dispositivo metodológico de abordagem das manifestações discursivas, uma operação hermenêutica que possibilita ao analista colocar na posição de “sujeito desejante” para instituir formas e disposições na busca pelos efeitos de sentido em conjuntura enunciativa.

Considerando a ordem em que o sujeito se inscreve, diríamos, segundo Santos (2004), que se trata do lugar discursivo em que o analista lança seu olhar sob a perspectiva das relações estabelecidas entre os sujeitos e os discursos, seus processos de identificação e a natureza de suas circunscrições na ordem dos discursos.

Essa ordem tomará por referência variáveis que interpretam a inserção dos sujeitos no discurso evidenciando suas “práticas identitárias”, seus comportamentos específicos na (des)continuidade dos processos interativos e das idiossincrasias sócio-histórico-ideológicas, buscando os apagamentos, esquecimentos e silenciamentos do sujeito discursivo, bem como suas referências polifônicas e suas condições de produção.

Nessa constituição, o sujeito busca a completude e torna-se heterogêneo, múltiplo, estando imerso numa conjuntura sociocultural, determinada histórica e ideologicamente nas relações discursivas que apresentam, nessas práticas, as marcas que o constituem e que também pertencem ao outro, demarcado nas práticas discursivas, são caracterizadas, segundo Authier-Revuz, como heterogeneidades discursivas. Neste estudo, daremos ênfase à heterogeneidade constitutiva, é a concepção bakhtiniana de linguagem, segundo a qual todo discurso é dialógico por natureza.

Assim, temos um sujeito que se inscreve historicamente e que corresponde a uma sociedade atual que representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e subordinado. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e de uma subordinação sem falhas.

No quadro teórico da AD inspirada por Pêcheux, temos o atravessamento da psicanálise Lacaniana que focaliza o sujeito a partir da linguagem do desejo e o define como efeito, excluindo-o de ser fonte – origem de seu dizer. O sujeito, para a psicanálise, não é o indivíduo (biológico), mas produto da linguagem enquanto efeito de relação entre significantes. Para a AD, o sujeito tem a ilusão de ser senhor de seu discurso, e não apenas um efeito, um produto deste. A aproximação da noção

de sujeito da AD e da Psicanálise, segundo Ribeiro (2004:30), constitui-se a partir da “relação do inconsciente com a ideologia”.

Lacan (1953), ao apoiar-se nos princípios da lingüística saussuriana, fez da “linguagem a condição do inconsciente, renunciando a idéia freudiana do substrato biológico. Em seus postulados, Lacan, atendo à questão do inconsciente, propõe a tríade “real – simbólico-imaginário”.

O real apresenta-se como corte na estrutura do sujeito, a falta originária da estrutura, ou seja, o núcleo do inconsciente (tudo acontece a partir dele.) Lacan (1953) tematiza o real de dois modos: i) o real é impossível de ser simbolizado; ii) real é o que retorna sempre ao mesmo lugar. O simbólico existe a partir do real. Refere-se ao saber em jogo na própria experiência psicanalítica, responsável pelas transformações tão profundas do sujeito.

É no simbólico que o sujeito do inconsciente se estrutura como linguagem. Fechando a tríade temos o imaginário que é originalmente faltoso para o sujeito; é captação especular no plano do consciente. A possibilidade de sua constituição se dá pelo efeito de introdução do simbólico.

Authier-Revuz (1994), para complementarmos a aproximação entre a AD e a Psicanálise, irá refletir sobre o conceito de falta no campo do Outro, conceito este cunhado por Lacan, e que faz ecos com as concepções da AD:

é dessa falha em nomear, falha para dizer a verdade que ‘não se diz toda porque as palavras faltam’(Lacan) – que estruturalmente se constitui o sujeito, em um irreduzível desvio [écart] de si mesmo, sujeito; pelo fato do falante e, por conseqüência do que ele é, falho. (AUTHIER-REVUZ, 1994: 253)

A partir de suas leituras de Lacan e de Bakhtin, Authier-Revuz apresenta duas concepções básicas: a de uma fala fundamentalmente heterogênea, e a de um sujeito dividido, em que se poderia perceber as pontuações do inconsciente.

Então, o sujeito não é uma “entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito de linguagem: sujeito descentrado, dividido, clivado barrado...”. (AUTHIER-REVUZ, 1970:28)

A constituição de Lula como sujeito discursivo apresenta-se diante de um conjunto complexo que o compõe; assim, iremos analisá-lo na tentativa de compreender sua constituição a partir dos espaços ocupados por ele na sociedade e de como ele se circunscreve. Aqui, consideraremos as movências e os deslocamentos sofridos por esse sujeito e as conseqüências e transformações que se efetivaram a partir dos espaços ocupados por ele.

Neste trabalho, enfocaremos a concepção de sujeito discursivo a partir da posição -sujeito na qual ele se inscreve. Uma posição sujeito não será uma realidade física, mas um objeto imaginário, representado no processo discursivo, ou seja, o lugar ocupado pelo sujeito na formação social. Dessa forma, não há um sujeito único, mas diversas posições–sujeito, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas. Pautados nestas considerações, iremos problematizar as questões de discurso e sujeito evidenciando a conceituação de memória discursiva e história, como constituintes deste trabalho.

### **1.5 – A memória discursiva e a História**

A memória discursiva constitui um dos pilares do nosso arcabouço teórico e implica uma relação da linguagem com a História. Entendemos a memória como reatualização de acontecimentos de práticas passadas em um momento presente reavivadas sob várias formas de textualização.

## Segundo Pêcheux <sup>7</sup>(1982):

... a memória refere-se não a traços corticais dentro do organismo, nem a traços cicatriciais sobre o organismo, nem mesmo a traços comportamentais depositados por ela no mundo exterior, mas sim a um conjunto complexo pré-existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de “tecidos de índices legíveis” que constitui um corpo social-histórico de traços.

Na leitura feita do texto supracitado, entendemos que a memória é considerada como corpo/traços de formas variadas dentro do espaço discursivo. Pensar discursivamente a memória é observar e analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade com os processos de linguagem.

Nesse sentido, relacionamos os processos da linguagem com a história, que associa a memória à interdiscursividade (aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente), ou seja, a memória discursiva é vista como efeito de presença do interdiscurso: um saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma de pré-construído o já – dito, que está na base do dizível sustentando cada tomada de palavra. Esse saber vem restaurar os implícitos no texto. Citaremos Courtine (1999: 118) para afirmarmos a relação do interdiscurso com a memória discursiva, que se apresentam interligados:

(...) eu chamaria de interdiscurso; séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas lingüísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafrazeando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, seguindo Foucault, domínio de memória, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciativo na formação dos enunciados ‘preconstruídos’ de que sua enunciação apropria-se. (Courtine,1999:118)

É importante citar que os elementos do interdiscurso são afetados pela ideologia que constitui os sujeitos. O sujeito, na presença do interdiscurso, não

---

<sup>7</sup> C.f. tradução de Gregolin (2004:01): circulação restrita.

registra uma marca individual, porque aquilo que o subjaz é parte da memória discursiva, e o que é apresentado é uma voz do domínio da memória coletiva e, portanto, torna-se historicamente determinado.

Concebendo a memória discursiva como coletiva, constituída do imaginário social, Brandão (1995:78) afirma:

É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. (...) Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado escrito na história.

A memória caracteriza-se por faltas e lacunas, constitui-se da não-linearidade, sendo um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. Os sentidos que constituem a memória são muitos, mas aparecem como literais, unívocos, representando o próprio efeito da memória discursiva.

Pêcheux (1995) define a memória discursiva como aquilo que,

face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos – transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

E ainda dá a certeza de que a memória não pode ser concebida na esfera plena constituída de sentidos homogêneos. Para Pêcheux, ela apresenta-se num espaço móvel, de divisões, disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização. Nas teses proferidas por Lula, analisaremos os deslocamentos e retomadas dos discursos e observaremos os efeitos de sentido construídos na memória coletiva.

Neste estudo, iremos observar o papel da memória discursiva na constituição do sujeito presidenciável Lula em seu discurso político eleitoral. No

discurso político, memória e esquecimento são indissociáveis. O esquecimento é constitutivo da memória.

Segundo Gregolin (2000:20), no tocante à memória discursiva, “na medida em que os sentidos se constituem no movimento de materialização do histórico nas formas lingüísticas, a produção e interpretação dependem do reconhecimento do interdiscurso que oculta ou revela significados”; é por esse motivo que os discursos da comunicação de massa caracterizam-se pela heterogeneidade e pela dispersão de sentidos.

A memória discursiva, segundo Mariani (1999), também pode ser entendida como possibilidades de dizeres que se atualizam no momento exato da enunciação, como efeito de esquecimento, correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significação.

Courtine e Haroche (1994) afirmam que a linguagem é o tecido da memória. Há uma memória inerente à linguagem e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir, o que em uma memória coletiva é característico de um determinado processo histórico. Orlandi (1993) diz que “o sujeito torna suas as palavras de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória que se manifestara em diferentes formas em discursos distintos”.

Reportemo-nos ainda a Gregolin (2004:171) que reforça essa ligação da memória com a história na AD, quando nos revela o papel crucial de Courtine que traz definitivamente Foucault para a Análise do Discurso e com ele os conceitos presentes na Arqueologia, que trata o “documento textual como monumento (vestígio discursivo em uma história, um nó singular em uma rede)” e reafirma a importância do mesmo para a chamada articulação entre a AD e a Nova História.

Conhecida como um movimento tipicamente francês, a Nova História surgiu da insatisfação dos novos historiadores (Bloch e Febvre) com as análises históricas tradicionais, que reduziam a complexidade das situações a um jogo de poder entre grandes homens e países.

Focalizando apenas os “grandes acontecimentos”, a história tradicional ignorava outros campos ou relações exteriores ao pensamento linear. Em contrapartida a Nova História, conhecida também como Escola dos Annales, opõe-se ao caráter narrativo da história tradicional e apresenta um novo tipo de historiador que passa a ser reconstrutor, recortador, leitor, intérprete dos processos históricos e não simplesmente um personagem da história. (SANTOS: 2004)

É comum referir-se a esse “combate pela história” como uma grande revolução historiográfica, da qual podemos levantar aqui somente alguns itens. Uma revolução documental, ampliando as fontes; uma revolução nas abordagens, voltando o olhar para a longa duração na arqueologia, na economia e na religião, por exemplo; e uma revolução temática, incluindo novos temas (como o clima, a língua, a cozinha, a festa) entre as preocupações dos historiadores.

Como revolução, o novo conhecimento subverteu as bases anteriores. A sucessão linear de acontecimentos do passado foi substituída pela noção de longa duração. A história política, com as grandes personalidades e realizações, foi superada por novos objetos. E a noção do evento como força motriz da história foi excluída em favor da estrutura.

Atualmente, a exceção abre-se à formação de uma nova perspectiva do saber historiográfico que privilegia um conhecimento *interdisciplinar* e/ou *transdisciplinar*. Adota-se então, uma postura que rompe com as fronteiras

tradicionais da disciplina e não se concebe como antes uma perspectiva ingênua em relação ao documento percebido em seu viés discursivo.

Tal perspectiva, que se apresenta com a chamada “Nova História”, ganha um novo impulso com o campo atual da História do Tempo Presente - proposição do fazer historiográfico que tem como pressuposto metodológico a compreensão que a história não é somente o estudo do passado: “ela pode ser também, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente”. (GREGOLIN: 2004)

Com isso, há a contemplação de uma presença física do historiador em seu tempo e no seu tema, pois o historiador, antes de ser um analista, é um cidadão, ator ou espectador que reivindica ou se reconhece como pertencente à história. Ele tem, por isso, a possibilidade de trabalhar com acontecimentos de um período remoto e ocorrências de um período mais próximo; sobretudo, com eventos que ele pode viver.

É necessário compreendê-los (historiadores e discursos) como algo que tem uma razão de existência na sociedade, com o seu funcionamento e algo que afeta a vida da comunidade em que ele vive. Assim, ao mesmo tempo em que introduz uma visão da contingência, o acontecimento anuncia a presença de uma demanda social da sua compreensão, quer dizer, o acontecimento dá-se no interior de um processo, de uma duração que deve ser também objeto de conhecimento.

Para Achard (1999), a história entrelaçada à memória apresenta três tipos de memória que correspondem a três formas de ler o passado: mítica, social, construída. São três formas significantes que levam uma sociedade a se compreender através da interpretação estabelecida pela memória. Aqui trabalharemos a memória social que adquire corpo na coletividade e que produz as condições para o funcionamento discursivo.

Feitas essas considerações de caráter teórico, no próximo capítulo, a luz dos pressupostos então apresentados, procederemos à análise do *corpus* de nossa pesquisa.

## **2 – Alianças políticas e dívida externa no discurso presidencial de Lula: constituição e deslocamentos do sujeito discursivo**

Nasce, em 27 de outubro de 1945, na cidade de Garanhuns (PE), Luiz Inácio Lula da Silva. Em 1952, viaja com a mãe e irmãos para São Paulo como retirante nordestino. Nesta cidade, iniciou na condição de trabalhador tintureiro, depois como ajudante de escritório, e, em 1959, iniciou um curso no Senai (Serviço Nacional de indústria). Formou-se em torneiro mecânico e, em 1969, foi convidado para fazer parte da diretoria dos metalúrgicos do ABC paulista.

A partir de então, começa a constituição de Lula como sujeito discursivo politicamente marcado sob a afirmação de que não tinha nenhuma pretensão político-partidária, aspecto que se manifesta explicitamente somente em 1978, com o início de acentuadas greves, que o levaram como representante dos trabalhadores à Brasília.

Ao perceber que quem criava e aprovava as leis que diziam respeito aos trabalhadores eram brasileiros que, em sua maioria, jamais tiveram sua carteira profissional assinalada como um proletário, floresce então o desejo de formar um partido que possibilite a representação dos trabalhadores no plenário.

Instaurado o desejo de se constituir politicamente, não só desejo, na verdade, explicitada a constituição de Lula como sujeito político, tornou-se um dos mais importantes sindicalistas do Brasil e, através da explosão das greves no ABC paulista, surge a pergunta: "Vamos criar um partido?" Torna-se viável a fundação de um partido? (Partido dos trabalhadores). O desejo assinalado acima apresenta-se como uma prática instaurada por meio de discursos.

Diante de discussões sobre como esse partido se construiria, Lula tinha noção da extensão do que seria esse partido e da sua responsabilidade. Nota-se em suas próprias palavras, que esse sujeito começa a se constituir politicamente na movência do seu discurso inicial e como esse discurso deveria ser feito:

Começamos a nos juntar na greve de 1980. A diferença básica é que quando resolvemos criar um partido político, começamos a perceber que era uma tarefa maior do que a de dirigir um sindicato. O meu discurso era para uma categoria, e uma coisa direta contra meu patrão que estava ali (...) mas eu achava que os trabalhadores não precisavam de ninguém para dizer o que eles tinham que fazer, porque eles sabiam o que fazer. Era essa a nossa briga e graças a ela construímos um dos movimentos mais importantes deste país. Então o discurso político não pode ser o mesmo, até para falar com um bancário não posso fazer o mesmo discurso que fazia para um metalúrgico na porta da fábrica (...) o discurso não pode ser o mesmo, o nosso era muito radical (...) a nossa idéia era tirar o trabalhador da fábrica e fazer com que ele fosse o agente político". (Lula- Entrevista - Caros Amigos: 2000)

Sabemos que Lula faz parte de um dos maiores partidos de esquerda do mundo, o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado a partir das propostas dos metalúrgicos de Santo André que, em 1979, durante o IX Congresso de Trabalhadores, conclamaram "todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores".

Cresce então a movimentação política- ideologicamente marcada para a criação de um novo partido político, e inicia -se o anteprojeto do manifesto para fundação do PT que se concretiza em 10 de fevereiro de 1980, com três palavras que sintetizam o início de uma história de luta: Trabalho, Terra e Liberdade. Assim dizia Lula:

A base nossa era juntar todos os trabalhadores, criar uma organização política e disputar o poder. (Caros Amigos: 2000)

Para Foucault (1969), o sujeito discursivo era pensado como "posição" entre outros. Trata-se de um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz. É a

posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz. Dessa forma, Lula começa a ocupar um lugar no cenário político nacional.

Nasce então um partido político sistematizado dentro dos padrões impostos pela sociedade, com formação baseada em funcionários das diferentes categorias públicas, trabalhadores metalúrgicos, gráficos, químicos unidos com um desejo simples e grandioso: o de mudar e melhorar as condições de vida de um país desigual. Funda-se assim o partido, que não era de base revolucionária, ou seja, não era um partido esquerdista disposto a fazer revolução socialista, e sim, um partido que tinha como objetivo maior conquistar o seu lugar dentro de um modelo político democrático. Durante a solidificação do partido, seus ideais se firmavam e dentro deste espaço a constituição de Lula como sujeito discursivo é perpassada pela construção do herói que poderia salvar o país.

Assim, entendemos que esse sujeito discursivo, envolvido pelo desejo inconsciente de buscar mudanças em um país que é caracterizado por injustiças e desigualdades sociais e pela vontade de poder, constitui-se sendo seu desejo o desejo dos outros que compartilhavam os mesmos ideais.

Instaurado o Partido dos Trabalhadores em 1980, proporcionou o surgimento de outras entidades ligadas aos trabalhadores como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), indicando o amadurecimento de seus integrantes, uma organização política partidária que buscava fortalecer o trabalhador e transformá-lo em agente político.

Apesar de nascer em um delicado momento de transição política da ditadura militar (já que esta não tinha mais fôlego para se sustentar), é chegado o momento de supremacia da democracia. Aparecendo num cenário político brasileiro como uma inovação, o PT solidifica-se como um partido ligado à defesa

dos trabalhadores e dos marginalizados da esfera política com a crença de que a transformação social do país só será possível se vier do povo. É nessa mistura efervescente que o sujeito discursivo constrói seu caminho com ideais que propõem uma mudança radical nos alicerces formadores de um país desigual.

Por meio do recorte de unidades discursivas de entrevistas e declarações de Lula, iremos investigar e analisar as possíveis modificações e/ou deslocamentos sofridas pelo “sujeito” no discurso em momentos específicos dentro das campanhas políticas de 1989 e 2002.

As entrevistas e declarações selecionadas abordam as questões referentes à dívida externa e alianças políticas, proferidas à Revista Veja que, em primeira análise, apresentavam formações discursivas que se uniam e ao mesmo tempo se duelavam em espaços distintos de interlocução.

Estabelecida esta variável, faremos os “recortes” no discurso desse sujeito, entendendo “recorte” como unidade discursiva, e por unidade discursiva fragmentos correlacionados de linguagem e situação, que aqui serão transcritas observando as regularidades discursivas, conforme mencionamos.

A partir da análise das seqüências discursivas, tentaremos explicitar as condições de produção desse sujeito com base nas matrizes de regularidades que constituem o *corpus*.

Essas matrizes de regularidades seriam, então, um mapeamento de ocorrências das regularidades do *corpus*, com vistas a uma organização distintiva da conjuntura discursiva em análise.

A prática discursiva mostra que o sujeito, quando fala, se inscreve em dada formação discursiva. Partiremos da concepção de que as escolhas que fizemos nesse *corpus* (dívida externa e alianças políticas) refletem a inscrição de

Lula enquanto sujeito discursivo, e formações discursivas constituídas por forças que se duelam ou se aliam entre si, demonstrando relações interdiscursivas marcadas pela heterogeneidade constitutiva que as compõe a partir de elementos que lhes são exteriores ou internos às próprias FDs.

Passaremos à análise das seqüências discursivas recortadas das entrevistas de Lula em suas campanhas eleitorais de 1989 e 2002.

## 2.1 – Dívida Externa

É imprescindível dizer que a constituição de Lula como sujeito discursivo não se dá unicamente no período de eleições para presidente. Esse sujeito, como o conhecemos, envolvido com questões políticas, começa a se constituir como tal, antes mesmo de sua entrada para o sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista.

Segundo Indursky (1997), “toda vez que o sujeito de um discurso toma a palavra, ele mobiliza um funcionamento discursivo”, que é definido por Orlandi (1983:53) como a “atividade estruturante de um discurso determinado, com finalidades específicas”.

Para iniciarmos a análise do sujeito discursivo Lula, partiremos de Pêcheux (1969:83) que define

as condições de produções a partir da ação das regras e normas que os interlocutores estabelecem entre si e dos lugares determinados que ocupam na formação social, funcionando assim uma série de formações imaginárias que designam os lugares que interlocutores atribuem a si mesmos e ao outro.

Pêcheux (1969:53) afirma que o “discurso produzido pelo sujeito (A) sempre pressupõe um sujeito (B) que se encontra num lugar determinado da estrutura da formação social”. Para analisar essas formações ditas imaginárias

Pêcheux propõe quatro questões iniciais do jogo de imagem: i) A(A) ( a imagem do lugar de A para o sujeito situado em A, ou seja a imagem que A tem de si mesmo): Quem sou eu para lhe falar assim?; ii) A(B) ( imagem do lugar de B para o sujeito situado em A, ou seja a imagem que o locutor A tem de seu interlocutor B); Quem é ele para que eu lhe fale assim?; iii) B (B) (imagem que B tem de si mesmo) Quem sou eu para que ele me fale assim?; iv) B (A) (imagem que B tem de A) Quem é ele para que ele me fale assim? Dessas questões nos deteremos às que fazem parte do funcionamento discursivo do *corpus* da presente pesquisa.

Observaremos aqui as formações imaginárias que subjazem ao funcionamento discursivo do *corpus* em análise, nos deteremos especificadamente as duas primeiras enumeradas acima, sendo que a 1ª formação sustenta a construção discursiva de diferentes lugares enunciativos que representam lugares institucionais, a partir dos quais o sujeito do discurso realiza sua prática. A segunda formação imaginária, em conseqüência da primeira, decorre da construção discursiva das diferentes representações do interlocutor.

Desse ponto de vista, a análise do *corpus* desta pesquisa ocorrerá a partir das transcrições dos recortes das entrevistas e declarações proferidas por Lula, situando a análise sobre os dizeres da Dívida externa e Alianças políticas caracterizadas como Formação discursiva.

Em entrevista à revista *Veja*, em 2001, temos um percurso dos discursos proferidos por Lula desde 1980, na fundação do PT. Lula deixa evidente a repulsa ao pagamento da dívida externa do Brasil para o FMI pelos juros altíssimos que o país é obrigado a pagar. Observe a seqüência discursiva (doravante SD) que se segue:

**SD 01**

Não podemos, não queremos e não devemos pagar a dívida externa.  
(Revista *Veja* – 1980 – 22/11/ 1989 p. 48)

Inicialmente, percebemos que o sujeito silencia a voz de um “outro” que afirma: podemos, queremos e iremos pagar a dívida externa. Este recorte sinaliza também a posição da formação imaginária 01 que mostra o lugar de circunscrição do sujeito, ou seja, o sujeito se posiciona contra o pagamento da dívida externa a partir do advérbio “**não**” que indica negação explicitamente e, ao mesmo tempo, procura silenciar o contrário.

Presente através da elipse, sustentada na desinência verbal de 1ª pessoa do plural, encontra-se o pronome “**nós**”. Para Benveniste (1996) o **nós** já mostrava um “eu ampliado”, que possibilita ao enunciador integrar outros enunciados ao seu dizer, consoantes com à análise que Indursky (1997) faz do “**nós político**”, verificamos que o **nós** a quem o sujeito discursivo Lula se refere é a coletividade dos brasileiros, trabalhadores que sofrem com a inflação galopante, a miséria e a fome.

Esse **nós** pertence à esfera pública que permite ao sujeito a socialização do seu dizer. Indursky (1997:66), em sua análise, afirma que o pronome “**nós**” designa conjuntos lexicalmente não-nomeados e nós os entendemos como uma não-pessoa discursiva. Na interlocução discursiva, a não-pessoa discursiva corresponde ao referente lexicalmente não especificado ao qual o “**eu**” se associa para constituir o “**nós**”.

No tocante ao panorama histórico, político, social e econômico, nessa época, o PT se afirmava como um novo partido político de esquerda com ideais socialistas institucionalizados como base do partido que se opunha às injustiças sociais e se posicionava a favor da liberdade, se opunha também ao pagamento da dívida externa.

Foi um período marcado pelo final da ditadura e pela reconstrução da identidade do povo brasileiro e dos partidos de esquerda em relação ao governo vigente. É relevante lembrar que na campanha eleitoral de 1989, Lula reafirmou o seu dizer, no que se referia à dívida externa, na propaganda política eleitoral em rede nacional de rádio e televisão.

O sujeito, polifônico, passa a constituir-se através do pronome “nós” que representa as vozes e a ideologia de um partido político de esquerda que gritava por democracia – o PT.

O funcionamento discursivo desse recorte nos remete ao que Orlandi (1993) denomina política do silêncio, ou seja, “todo dizer representa uma relação fundamental com o não dizer”, pois não é preciso o sujeito discursivo relatar a situação financeira caótica em que se encontra o país e a impossibilidade do pagamento da dívida externa, cujos juros altíssimos fizeram com que a dívida duplicasse e, como citamos acima, o não dizer seria o já dito, ou seja há um “outro” que diz : podemos optar pelo pagamento da dívida.

Na primeira eleição direta “efetivada pelo povo”, em 1989, Lula candidatou-se pelo PT à Presidência da República. Em seus discursos, deu ênfase à dívida externa e em entrevista à *Veja* fez pronunciamentos como:

#### **SD 02**

*Nós do PT estamos convencidos de que a pior doença desse país é a dívida externa. Nossa posição é clara: teremos de suspender a dívida externa. (Revista Veja, 04/07/2001 p. 40)*

Considerando a SD 02, observamos que quando o sujeito se inscreve num espaço discursivo, demarca o lugar de onde emerge seus ideais. Nota-se que para o PT, somente seus integrantes, representados pelo pronome “nós”, estão convencidos de que a dívida externa é uma doença dentre outras doenças que

existem no país, mas a caracteriza como a pior delas. Essa leitura é constitutiva dos integrantes do PT. O “**nós do PT**” caracteriza o “**nós 02**” do quadro referencial de Indursky (1997:67) que diz respeito ao Sistema, Estado, ou Regime e faz referência ao sistema político corrupto em que vivemos e o desejo de revolução/mudança do mesmo.

Aqui, o sujeito fortalece sua voz através da ideologia constituída nos alicerces do partido. Há também o uso do pronome “**hossa**” (remetendo ao nós) que corrobora com o dizer de que somente o PT tem o posicionamento, claro com relação a dívida externa. Com relação a esse posicionamento temos a reafirmação do dizer da SD 01 como uma oposição positiva posta, apesar desta apresentar o operador argumentativo “**não**”, que tradicionalmente traz consigo a carga semântica de negação.

A constatação do “nós” elíptico de **teremos** constitui também a coletividade dos brasileiros, o desejo de suspender a dívida não seria somente do PT, mas do povo brasileiro. O verbo suspender indica um abrandamento da oposição ao pagamento da dívida externa posta pela negação verbal da SD 01 relacionado aos verbos (podemos, queremos e iremos). Em outra declaração efetivada pelo sujeito discursivo Lula, temos a elipse do pronome **nós**, e este representado pelos integrantes do PT que estando no poder teriam condições de provocar mudanças:

### **SD 03**

Vamos suspender o pagamento e instaurar uma auditoria para verificar a legitimidade dos débitos. (Revista Veja -21/ 06/ 1989, p.35)

Nessa seqüência, o sujeito discursivo não somente reafirma as seqüências anteriores como também duvida da legitimidade dos débitos existentes com a relação à dívida externa.

É evidente que a posição do sujeito discursivo Lula diante da dívida externa, nesse momento, não é muito diferente da afirmação de 1980. Percebemos que atrás da voz desse sujeito existem outras vozes, o que caracteriza a heterogeneidade constitutiva do sujeito compreendido como inter-relação constitutiva de um discurso com outros discursos.

Pelas relações possíveis entre SD 01 e SD 02 e SD 03, percebemos que são afirmações que se aliam dentro dos dizeres que lhes são constitutivos. Nesse momento, o sujeito ainda não sofreu um deslocamento extremo, apesar de estar situado em espaço social e histórico distinto do período anterior.

Com relação às condições de produção que envolvem o contexto político, social e econômico, temos na SD 02 e SD 03 a reafirmação do ideal do PT de decretar a moratória ao FMI. E, naquele momento, não caberia ao discurso de Lula, pertencente ao partido de esquerda, ser favorável ao pagamento da dívida externa; assim, o seu dizer reafirma o dizer da SD 01. Entendemos, com a análise das SD01 e SD02 e SD 03, que ambas se relacionam e são formações que, apesar de distintas, por serem enunciadas em tempos distintos, se aliam dentro dos dizeres que lhes são constitutivos.

O que conhecemos do presidenciável do PT é que, em seu discurso, se encontra um coro representativo das vozes dos militantes do partido (característica da constituição do sujeito) que sonham em administrar um país em que o governo faça investimentos maciços em áreas sociais, conceda subsídios a setores que

julguem necessário estimular e, ao mesmo tempo, tenha uma situação econômica equilibrada.

Assim, o sujeito discursivo não tem a pretensão inicial de fazer “revolução”, e sim de concorrer e ganhar as eleições, por meio do voto popular, para ocupar seu espaço dentro do direito constituído como cidadão que lhe assiste em um regime político de soberania popular.

Essas vozes ideologicamente marcadas pelos integrantes do PT, atestam a chamada polifonia que se refere à qualidade de todo discurso estar tecido pelo discurso do outro, de toda fala estar atravessada pela fala do outro. Implícita ou explicitamente, teremos a constituição da Heterogeneidade Discursiva presente no enunciado discursivo.

Essa heterogeneidade discursiva, proposta por Authier-Reuz (1990), são formas marcadas e não marcadas na materialidade lingüística do texto e, segundo Courtine (1982), heterogeneidade deve também ser entendida como elementos que se dominam, aliam e afrontam dentro de uma Formação Discursiva. Na análise da SD 01, SD 02 e SD 03, notam-se aspectos explícitos resultantes de uma heterogeneidade constitutiva, vislumbradas pelo uso do pronome “**Nós**” e das diversas possibilidades de entendimentos e sentidos que o rodeiam (**nós** – integrantes do PT (SD 02 e 03); **nós**- coletividade do povo brasileiro (SD 01) e por último o **nós** – agente transformador do sistema político).

No início do século XXI, historicamente marcado nos anos de 2001 e 2002 especificadamente, temos o portal para novos tempos apontados da globalização, e assim fez-se necessário que mudanças acontecessem, até mesmo para reafirmar o PT como maior partido de esquerda do Brasil. O PT sofre

mudanças políticas decorrentes das condições de produção dos sujeitos e dos seus discursos.

Politicamente, o PT, apesar de ser o maior partido de esquerda do Brasil, no tocante a questões ideológicas, não teve o apoio de todos os outros partidos de esquerda por não comungarem dos mesmos ideais (não pagamento da dívida externa, reforma agrária, estatização, etc.); o que, de certa forma, não o deixa mais forte, visto que na política a união destes ideais passa ao eleitor a sensação de credibilidade do candidato.

Economicamente, o país via-se envolvido com questões neoliberais, com privatizações de empresas brasileiras com intuito de avançar dentro do sistema de globalização e tecnologia, e principalmente, com a diminuição de encargos trabalhistas e a estabilização da moeda, bem como suposto congelamento da inflação. Com isso, o governo vigente abriu mão de grandes empresas nacionais, através das privatizações, ocorrendo um grande número de demissões, o que gerou um alto nível de desemprego, intensificando, assim, questões sociais fundamentais como habitação, alimentação, segurança.

No discurso de Lula, percebemos apontamentos para uma mudança política e uma busca de poder (representado pela Presidência da República). E com a necessidade de se enquadrar em um perfil pré-determinado como padrão pela sociedade, o sujeito discursivo desloca-se de sua posição inicial, (verificada nas SD 01, SD 02 e SD 03), por verificar mudanças explícitas e relevantes no cenário político, econômico, histórico e social do país. O deslocamento sofrido pelo sujeito é decorrente das condições de produção do discurso e das transformações históricas e sociais.

Com tais mudanças, percebemos um novo discurso, ou uma reformulação do já dito, como um nunca dito. Observamos que, em resposta à revista *Veja*, Lula, quando interrogado sobre o pagamento da dívida externa brasileira, apresenta um outro posicionamento, o que seria uma possível estratégia que lhe permitiria entrar na ordem do discurso que permeia o cenário político brasileiro.

O sujeito discursivo Lula entende que seria necessário entrar no jogo discursivo, para tal retomemos Pêcheux (1969), que acerca das condições das formações imaginárias, nos permite imaginar o que se passa no imaginário político de seus eleitores. Assim, o sujeito discursivo Lula tem que se adequar ao modelo constituído no imaginário dos eleitores. Isto se evidencia através da SD 04:

#### **SD 04**

Nós amadurecemos e em nosso governo iremos renegociar a dívida externa (...) Eu mudei. O Brasil também. O PT vem amadurecendo ano após ano. (Carta ao Povo Brasileiro, 06/ 2002 – *Veja* 25/09/2002).

Nessa seqüência discursiva, a reincidência do “**nós**” representando a coletividade brasileira articulada ao PT, que acompanhado do verbo amadurecer, apresenta uma carga semântica representativa em relação a SD 01, SD 02 e SD 03, significando que anteriormente eles (do PT) e o povo não estavam preparados para tal responsabilidade. O uso do pronome “**nosso**”, complementando governo, passa-nos a idéia de que é possível o governo petista renegociar a dívida externa.

A escolha pelo verbo renegociar representa que “outros” sujeitos já usaram deste dispositivo, e aqui temos ainda a reafirmação de que é preciso criar possibilidades para que a renegociação dos débitos aconteçam. A colocação da seqüência “**eu mudei. O Brasil também**” demonstra um sujeito que integra a renovação política em consonância com o próprio país que também transformou,

evoluiu, amadureceu, sendo a mais pura significação do “eu ampliado”, ou seja, eu (Lula)+Brasil (povo brasileiro).

E assim como o país, o próprio partido também busca essa transformação para dar conta de preencher o imaginário político do eleitor. Existe então um sujeito, um povo, e um partido, representados discursivamente pelos pronomes “ **nós, nosso** ” que apontam a mudança de um estado de imaturidade para a maturidade.

Observemos a SD 05:

#### **SD 05**

O acordo com o FMI pode dar tranqüilidade para o Brasil respirar  
(Revista veja;30/10/2002. p.41)

Nesse íterim, Lula, como sujeito discursivo, aos poucos em seus dizeres constrói uma nova imagem que nos permitira dizer e pensar que os acordos com o FMI serão mantidos para casos emergenciais.

A posição do sujeito discursivo Lula é de explícita mudança no que se refere às entrevistas dadas por ele em 1980 e 1989, conforme vimos em SD 01, SD 02 e SD 03. As relações interdiscursivas entre as SD 01, SD 02, SD 03, SD 04 e SD 05 são de vozes que se duelam, se afrontam diante de posições ideologicamente marcadas e distintas pelo sujeito discursivo.

A posição do PT, na verdade, é de honrar o pagamento da dívida sim, mas desde que seja feito antes investimento social necessário (habitação, fome, educação, etc.). Nessa entrevista, Lula, compreendido como sujeito discursivo, expressa seus desejos universais, como de saúde e educação para todos, um sistema de habitação que funcione para os menos favorecidos, além da redução das desigualdades de renda. Vê-se aí certo caráter socialista no discurso.

Segundo Lula, em sua carta aberta à sociedade, seu projeto de crescimento engloba um compromisso com a questão do emprego, das injustiças sociais, da política e da dívida externa que “deve ser reorientada para o imenso desafio de promover novos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos por países ricos”.

Temos em SD 05 o que chamamos com Pêcheux (1975) de Esquecimento nº 2, o funcionamento pré-consciente ou consciente quando retoma o que diz, reformulando, aprofundando e utilizando-se de estratégias discursivas. O sujeito discursivo é afetado pelas condições de produção em que está inserido e as transformações são conseqüências do lugar ocupado por esse sujeito e por seus dizeres sócio-historicamente constituídas com a pretensão de assumir a presidência do país de modo que esse dizer já não é o mesmo das seqüências discursivas anteriormente analisadas.

O que dizer da relação identidade - ideologia do sujeito discursivo Lula? Será que mudou a constituição ideológica do partido e conseqüentemente do sujeito discursivo? Ou podemos chamar toda essa transformação de estratégia política?

Não podemos responder a estas questões sem antes entendermos como esse deslocamento se dá dentro dessas relações. Nas palavras de Foucault, *apud* Santos (2004:108), entendemos por

deslocamento discursivo aquele que se propõe praticar nas histórias das idéias e que consiste em tratar, não das representações que se pode haver por trás dos discursos, mas dos discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos (...) permite introduzir na raiz mesmo do pensamento o acaso, o descontínuo e a materialidade.

Parece que começamos a esclarecer, com a citação de Santos (2004), como esses deslocamentos tiveram grande importância no cenário político do ano de 2002. Sendo então um deslocamento discursivo marcado pela materialidade

lingüística e histórica, constituída e analisada pela memória discursiva que permite, tanto na regularidade histórica e ideológica quanto na ordem do sujeito e da identidade deste sujeito, identificar, pelas relações de sentido estabelecidas no interdiscurso nas SDs analisadas.

É explícito o deslocamento do discurso político apresentado pelo sujeito discursivo Lula. O que nos leva à confirmação das hipóteses levantadas nesta pesquisa de que o sujeito discursivo se constrói nos parâmetros sociais, econômicos e políticos movido pela vontade (desejo de poder) e pelo padrão instituído pela própria maneira de se fazer política no país.

Entrelaçadas as seqüências, percebemos que nos dizeres desse sujeito discursivo, as relações interdiscursivas que subjazem o fio discursivo provocam as mudanças que configuram no contexto político, social, econômico e histórico, partindo da raiz (construção) da SD 01 até o deslocamento da SD 05 no desejo do sujeito em constituir o poder.

## **2.2 – Alianças Políticas**

Sendo, então, um partido de extrema esquerda, o PT, em 1989, não fazia nenhum tipo de aliança política com nenhum partido que tivesse tendências da direita, por achar que os interesses dos mesmos não seriam equivalentes aos interesses do PT. Essa afirmação confirma-se na entrevista de Lula cedida à Revista Veja em agosto de 1989, como se verifica:

### **SD 01**

O PT passaria a ter problemas se abrigasse e aliasse às tendências de Direita. (Revista Veja, 1989 / 2001 p.39)

Retornamos a Pêcheux (1969) com relação às questões ligadas às formações imaginárias, aqui vislumbraremos para a análise da SD 01 a formação partidária de ser da “esquerda” e a formação de ser da “direita”. A seqüência discursiva nos descreve o efeito de sentido construído a partir do verbo “passar” e do tempo verbal na qual ele se apresenta, “passaria”, e afirma que o PT não tem problemas com alianças de “esquerda” e reafirma a impossibilidade do PT se aliar com partidos de Direita.

A afirmação de Lula, naquele momento, caracteriza e reafirma ideologicamente as bases socialistas em que o PT estava inserido. Notamos que o sujeito discursivo mantém a base de partido esquerdista, não fazendo alianças com partidos que não comungassem da doutrina petista. Fazer alianças com partidos supostamente de “direita” significaria romper o simulacro de sua posição esquerdista.

O ano de 1989 foi historicamente marcante para a constituição desse sujeito, uma vez que, sua unidade e identidade partidária se fortalecia (apesar de haver outros partidos de esquerda) sendo constituído por ideais de cunho socialista, mas não revolucionário, pois a busca incessante era de que prevalecesse a democracia.

No cenário mundial, a queda do Muro de Berlim reforça o ideal de liberdade, afinal, com a vitória da democracia sobre o comunismo, reafirmou a possibilidade de concretizar sonhos, e, a partir de então, as relações humanas teriam alcançado o ápice da organização social e política. Por outro lado, no Brasil, no panorama econômico, o governo Sarney mantinha a moratória decretada pela falta de dinheiro para pagamento da dívida externa.

Esses fatores proporcionaram um desejo intenso de fazer da campanha política de Lula a representação de em um emergente desejo de mudança de todo povo brasileiro, visando a transformar o panorama político do país. As questões apuradas no panorama mundial, conduziu o PT a traçar uma campanha que proporcionasse uma mudança política – sócio – histórica, e esta se enquadrou no desejo de mudança que já era constitutivo de todo povo brasileiro.

O discurso de Lula passa por uma metamorfose na qual o sujeito se desloca e se constitui a partir de novos efeitos de sentido, utilizando-se de uma estratégia que alcance um número maior de eleitores; percebe-se que para ganhar a eleição é preciso fazer alianças, é preciso ter uma boa bancada no Congresso e na Assembléia.

Dessa forma, o sujeito desloca-se afetado pelas condições de produção na qual está inserido por perceber que é necessário, para ser eleito, fazer alianças de cunho ideológico de seu partido ou não.

Na entrevista cedida à Revista Veja, em junho de 2002, Lula apresenta as mudanças no plano de governo, a reestruturação das bases governamentais, e justifica tais mudanças no seu discurso como a evolução histórica / política / social e cultural do PT. Tais mudanças são assim configuradas:

#### **SD 02**

O PT vai fazer todo tipo de aliança que seja bom para o PT. (Revista Veja: 2002).

O que seria bom para o PT? Uma aliança com um partido de extrema esquerda, por exemplo, o PSTU, ou a união com um partido de direita? Nesta seqüência percebemos que o sujeito discursivo Lula se afasta, se distancia do locutor ao utilizar somente a sigla do partido PT e não o pronome “**nós**” que o

insere na coletividade brasileira, e até mesmo o “eu” dito ampliado para significar nós, o povo. A seqüência “todo tipo de aliança” inclui todos os partidos que possam ser bons para o PT, isso não implica que seria bom para o Brasil.

Percebemos também que esse distanciamento do sujeito discursivo Lula em relação ao que é dito se apresenta como se ele falasse somente sobre o PT e não sobre “ele” mesmo. É certo dizermos que dessa maneira nota-se os sintomas da necessidade de mudança para ganhar as eleições.

O deslocamento discursivo ou as transformações sofridas pelo sujeito discursivo se fazem presentes explicitamente após quatro tentativas de se eleger Presidente da República, conforme verificamos no fragmento acima. Muda-se o discurso, as condições de produção, as formações discursivas e ideológicas e o sujeito sofre deslocamentos explicitados nas unidades enunciativas.

Tendo consciência de que era necessário transformar para ganhar as eleições, o PT se abre e o sujeito discursivo demonstra um conhecimento das prioridades do povo brasileiro, adquirido com o amadurecimento e posicionamento da nova imagem criada pelo PT. Assim, em entrevista à revista *Veja*, o sujeito discursivo Lula renova seus credos, esses deslocamentos projetam uma reconfiguração da imagem política de Lula no imaginário do povo brasileiro e assim revela-se:

### **SD 03**

*O PT evoluiu, amadureceu. Crescemos sim, evoluímos politicamente. Somos um dos maiores partidos políticos de esquerda do mundo (Revista veja, 2002.).*

Primeiramente, destacaremos a afirmação da maturidade alcançada pelo PT. Nota-se que é utilizada a 3ª pessoa do singular; “o PT evoluiu, amadureceu”, o sujeito se mantém afastado, distanciado de seu interlocutor.

Dando seqüência, temos a inclusão da 1ª pessoa do plural, o que nos faz pensar no “**nós 04**” relatado por Indursky (1997:67) que representa, a “coletividade brasileira”. Assim, não somente o PT teria crescido e evoluído politicamente, mas também, o povo que se constituiu nesta coletividade. Podemos dizer que a última seqüência nos revela a inclusão do sujeito discursivo do dizer no PT, reafirmando sua posição política partidária de esquerda, mas uma esquerda renovada e motivada a transformações no país, isto se eleito esse sujeito for e conseqüentemente o partido.

Essas declarações apontam para uma “nova” configuração do PT. Renova-se um partido de esquerda em função de uma compreensão das prioridades do país. O sujeito discursivo sofre um deslocamento e apresenta essa modificação como um fator positivo, afirmando a identidade construída pela evolução do partido, bem como seu amadurecimento.

Contrapondo a SD 01 à SD 02 e à SD 03, constatamos que existe um deslocamento do sujeito como efeito de sentido explícito nas três declarações de Lula, o que caracteriza novas condições de produção e formações discursivas distintas entrelaçando o interdiscurso, decorrentes das mudanças político-históricas sofridas pelo PT.

Verificamos, pelos dispositivos encontrados na AD de linha francesa, como o sujeito discursivo, identificado no discurso de Lula, se constitui, desloca e/ou se modifica no espaço e no tempo.

E no tocante ao papel da mídia nos recortes que tomamos para análise (dívida externa e alianças políticas), seja por re-produzir os “consensos de significação” resultantes da hegemonia política, ou por participar de sua dissolução,

na campanha de 1989, a mídia reafirmou seu papel crucial nos últimos dias de campanha.

Percebemos sua importância na derrota de Lula em 1989 por evocar o dispositivo ideológico da ética, provocando sua desqualificação como político diante de seus eleitores, de uma forma geral, e, em termos específicos, das políticas partidárias, a não aliança com o PMDB de Wlisses Guimarães foi um dos fortes indícios de que, somente com os ideais esquerdistas não seria possível a vitória. Para reafirmar esta posição na campanha de 1989, em uma de suas declarações, o sujeito discursivo Lula, afirmou que “é possível fazer alianças sem se prostituir”. A ética seria, então, o princípio de julgamento das práticas de um sujeito.

A partir do papel estabelecido pela mídia (sujeito manipulante), observamos o trabalho da memória discursiva, reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente que vem reavivar os implícitos (PÊCHEUX: 1983), que apresenta também um papel de suma importância, pois entendemos que para o discurso “fazer sentido” é necessário a ocorrência anterior de outros sentidos já fixados pela memória. E esta se apresenta de forma não-linear e lacunar, apresenta sentidos que aparecem no fio discursivo e que serão re-significados a partir de um acontecimento presente.

Referimo-nos à campanha presidencialista de 2002, que utilizou de “discursos outros” constitutivos da memória dos eleitores em favor do candidato petista observadas nas seqüências discursivas analisadas acionando o dispositivo da formação imaginária fazendo com que o supostamente impossível, tornasse possível.

Diante dessa análise, entendemos que o discurso do presidencialista Lula é permeado pela multiplicidade de vozes que escrevem a sua história na história do Brasil a cada fala, ação e posição em que o sujeito discursivo se inscreve.

Esse sujeito está a todo momento buscando constituir-se e construir sua identidade através dos fatos políticos, históricos, ideológicos e sociais, gerando um novo “acontecimento”, que construirá novos sentidos, que poderão construir “sentido outros”, que poderão ser silenciados ou não, na re-significação do momento histórico em que o discurso se fizer presente.

## **Como se fosse possível concluir....**

No decorrer da pesquisa, acreditamos ter trabalhado no campo da AD e no da linguagem em geral. A Perspectiva teórica adotada para sustentação desta pesquisa nos conduz para o fato de que concluí-la é da ordem do simbólico, visto que concluir na ordem do discurso da AD, não significa produzir um efeito de fechamento. Elimina-se, assim, a ilusão necessária de que o texto está pronto, terminado, o que não o isentaria de sua incompletude.

Tentaremos sintetizar as principais questões abordadas no decorrer dessa pesquisa, partindo dos conceitos arrolados e discutidos sobre o discurso, suas formações, suas posições – sujeito, em que o sujeito discursivo se inscreve, o entrelaçamento de sentidos, o papel da História e da Memória e, conseqüentemente, os efeitos de sentidos produzidos na leitura que fizemos do sujeito discursivo em questão.

Para melhor organização, dividimos os capítulos em tópicos, obedecendo a uma apresentação de efeito apenas didático, pois os conceitos a que recorreremos estão interligados e entrelaçados, o que não permitiria sua separação, uma vez que se inscrevem no dispositivo teórico analítico da Análise do Discurso.

A constituição de Lula como sujeito discursivo, objeto desta pesquisa, foi pensada aqui como “posições - sujeito”. Não se trata de uma forma de subjetividade, mas de um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz (Foucault: 1969). E, ainda segundo Foucault (1969), é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz, sendo resultado de uma produção que se dá em três eixos: o ser – saber; o ser – poder; o ser – si.

Para a AD, o conceito de sujeito está vislumbrado no entremeio da complexidade e incompletude que o torna sempre desejante, constituindo-o em ser histórico, social, político e cultural. O sujeito se circunscreve na ordem do discurso, segundo Foucault, por suas anterioridades discursivas, suas vinculações, suas implicaturas e sua regulação. Pensando o sujeito como fabricação, uma construção realizada historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e sua conseqüente articulação com os poderes.

Entendemos esse sujeito discursivo a partir da posição -sujeito na qual ele se inscreve. Uma posição sujeito não será uma realidade física, mas um objeto imaginário, representado no processo discursivo, ou seja o lugar ocupado pelo sujeito na formação social. Dessa forma, não há um sujeito único, mas diversas posições-sujeito, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas. Assim, duas posições-sujeito, em que o sujeito discursivo Lula se circunscreve: i) Sujeito discursivo sindicalista militante (1989) ; ii) Sujeito discursivo presidencialável “renovado” (2002).

Partimos da hipótese de que o contexto social- político- econômico contribuíram de forma direta para os possíveis deslocamentos do sujeito discursivo Lula, marcado pela relação desejo – poder (principalmente o desejo de completude do sujeito), e que estes deslocamentos são decorrentes de uma aproximação ao modelo sociopolítico próprio às forças hegemônicas vigentes.

Por meio de um exercício metodológico fizemos um recorte do *corpus* para análise que consiste das referências, nas entrevistas e declarações, à dívida externa e alianças políticas. Acreditamos que esses temas, ao serem apresentados

nos diferentes momentos políticos, atestam deslocamentos do sujeito e mostram sua constituição.

As reportagens escolhidas para compor o *corpus* trazem grandes informações sobre as conjecturas traçadas pelo PT. Após o recorte no *corpus* discursivo, passamos à análise das seqüências discursivas, nos atendo aos efeitos de sentidos construídos dentro de suas formações, na qual o sujeito discursivo se constituía. Assim, percebemos que nas seqüências analisadas temos formações que se aliam e se afrontam dentro de uma mesma formação discursiva e de formações distintas também.

Por saber que toda interpretação da pesquisa é marcada pela incompletude constitutiva do próprio processo de interpretar, acreditamos que a ilusão necessária de fechamento do texto, citada outrora, marca apenas a possibilidade de outras interpretações e análises do *corpus* escolhido, visto que o sujeito - enunciador continua a enunciar saberes e demandas que o constituem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre. Memória e Produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et al. *O Papel da memória*. Tradução: Jose Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. Walter Jose Evangelista e Maria Laura Viveros de castro. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AGUSTINI, Maria Carmem. Análise de conteúdo e análise de discurso: o passo fundamental. Apostila de AD. UFU, 2005.

AUTHIER-REUZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). Trad. João Wanderley Geraldi e Celene M. Cruz. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas(19): 25-42, jul/dez.1990.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BONNAFOUS, S. et al. *Argumentation et Discours Politique*. Presses Universitaires de Rennes: Rennes, 2003.

BOURDIEU, P. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

BRANDAO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Ed.UNICAMP, 1997.

CAZARIN, Ercilia Ana. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí: Ed.Unijuí, 2005.

COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político: a propósito do discurso comunista dirigido aos cristãos. *Revista Langages* (tradução provisória Sírio Possenti).

FERNANDES, Cleudemar Alves. A constituição da análise do discurso na Lingüística. In: FIGUEREDO, Célia Assunção et al. (orgs.). *Reflexões e Perspectivas*. Uberlândia: Edefu, 2003.

\_\_\_\_\_. *Análise do discurso. Unidade e Dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004.

\_\_\_\_\_. Lingüística e historia: formação e funcionamento discursivo. In \_\_\_\_ & SANTOS, J.B.C. *Análise do discurso: unidade e dispersão*. p.01-08. Entremeios. 2004.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luís Felipe Baeta. Petrópolis: 1969-1987.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1993.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Discurso e Memória: Movimentos na Bruma da história. In: *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP*. Marília: UNESP, 1997. pp45-58.

\_\_\_\_\_. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso - diálogos & duelos*- São Carlos: Claraluz, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org) *Filigramas do discurso: as vozes da história*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise; BARONAS, Roberto. *As materialidades do sentido*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2003.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Lula lá: Estrutura e acontecimento. *Caderno da APPOA*. Porto Alegre, n.131. dez/2004.

LACAN, Jaques. A função e o campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In: *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAUFER, R. Rhétorique et politique. In: MEYER, M. (org) *De la métaphysique à la rhétorique*. Bruxelles Editions de l'Université de Bruxelles, 1986.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso e Psicanálise: Uma estranha intimidade. *Caderno da APPOA*. Porto Alegre, n.131.dez/2004.

\_\_\_\_\_. *O caráter singular da língua na análise do discurso*. UFRGS.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes; Unicamp, 1989.

MENEZES, William Augusto. *Evento, jogo e virtude nas eleições para presidência do Brasil*. 1994 / 1998. Fale / UFMG. Tese de Doutorado, 2004.

ORLANDI, Eni. *Vozes e contrastes*. O discurso na cidade e no campo. Eni Orlandi, Eduardo Guimarães e Fernando Tarallo. São Paulo. Cortez (1996 – 1989).

PARANÁ, Denise. *Lula, o filho do Brasil*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2002.

PÊCHEUX, M. Análise de Discurso – Três Épocas. In. GADET, Françoise & HAK, Tony. *Por uma análise automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 1997.

PÊCHEUX, M. *Lecture e mémoire: Projet de recherche*. In MALDIDIÉ, Denise. *L'Inquiétude du discours – textes de Michel Pêcheux*. Paris: Éds des cendres, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso*. Uma crítica a afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

PLATÃO. *Político*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Em torno de observações para uma teoria geral das ideologias de Thomas Herbert. IEL. Unicamp. 2004

RIBEIRO, Marianne Stolzmann Mendes. A questão da interpretação na análise do discurso e na psicanálise: interseções. Coletâneas de programas de pós-graduação. Vol 05 n.13, 07/08 de 1997.

SANTOS, João Cabral dos. Uma reflexão metodológica sobre Análises de discursos. In: *Análise do discurso - Unidade e dispersão*. FERNANDES, Cleudemar Alves e SANTOS, João Cabral dos. Uberl. :Ed. EntreMeios, 2004.

SANTOS, Regma Maria dos. UFG/CAC. A nova história. Conferência – Setembro 2004

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ACHARD, Pierre et al. *O Papel da memória*. Tradução José Horta Nunes  
Campinas: Pontes, 1999.

ARISTÓTELES, *Política*. In: Aristóteles. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção  
Pensadores).

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística geral I*. 4 ed. Campinas :Pontes, 1995.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929 – 1989 . A Revolução Francesa da  
Historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CAZARIN, Ercilia Ana. Heterogeneidade discursiva:relações e efeitos de sentidos  
instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de Luiz Inácio Lula  
da Silva. Ijuí. Ed. Unijuí. 1998. Serie – Dissertação de Mestrado.

CHARAUDEAU, P. La critique cinématographique. In: CHARAUDEAU et al. *La  
Presse – produit, production, réception*. Paris: Didier Érudition, 1988.

COURTINE, Jean-Jaques. *O discurso inatingível: Marxismo e Lingüística* ( 1965-  
1985). Cadernos de tradução, Porto Alegre, Nº 06, abr./jun. 1999(pp.5-18).

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro. Forense  
Universitária, 1982.

FIGUEREDO, Célia Assunção et al. (orgs.). *Reflexões e Perspectivas*. Uberlândia:  
Edufu, 2003.

FOUCAULT, Michel. Sobre as maneiras de escrever a História e Retomar as História. In: MOTA, Manoel Barros (Org). *Arqueologia das Ciências e Histórias de Sistemas de Pensamento*. Coleção Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro. Forense Universitária 2000.

GADET, Françoise. HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso. Uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Tradutores. Bethânia S. Mariani et al. 3 ed. Campinas. 1990.

GADET, Françoise; PECHEUX, Michel. *A Língua inatingível*. O discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O sentido e suas movências. In: \_\_\_\_\_.(Org) *Análise do Discurso. Entornos e sentidos*. São Paulo. Araraquara. Unesp. 2001.

\_\_\_\_\_.( Org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

INDURSKY, Freda. Lula lá: Estrutura e acontecimento. Caderno da APPOA. Porto Alegre, n.131. dez/2004.

\_\_\_\_\_.A Fragmentação do sujeito em Análise do Discurso. In:\_\_\_\_\_ et al (Orgs) *Discurso Memória e Identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzato. 2000.

HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Edunicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. *Historia e Memória*. Campinas: EDUNICAMP. 1994.

\_\_\_\_\_. *A Nova Historia*. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

LEMOS, Cândida Emília. *Por entre fatos, fotos e telas o Brasil elegeu Lula*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2003.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso*. (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethânia. *Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito*. Rio de Janeiro. Eduff. 1998.

\_\_\_\_\_. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Revan. Campinas. 1998.

ORLANDI, Eni P. (org) *Gestos de Leitura*. Campinas: EDUNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e Funcionamento*. Campinas. Pontes. 1987.

\_\_\_\_\_. *O discurso Fundador*. Campinas: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Vão surgindo sentidos*. In: \_\_\_\_\_. (Orgs) *O discurso Fundador*. Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_. *Análise do Discurso*. Princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

RANCIÈRE, Jaques. *O desentendimento*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo. 1996.

ROBIN, Régine. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (Org) *M. Foucault e os domínios da linguagem*. Discurso, Poder, Subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

## Fontes

CAROS AMIGOS- 2000

REVISTA VEJA – 1989/ 2001 /2002.

### **Documentos**

- Anais da primeira convenção nacional do PT. In: Resolução de encontros e congressos. Fundação Perseu Abramo. 1997.
- Programa, Manifesto, Estatuto e Discurso da primeira convenção nacional do PT. Diretório Nacional do PT. 1986.
- Boletim nacional do PT. junho 2001.
- Carta Documento. Junho 2002.

# **ANEXOS**